

**Universidade Federal de Santa Catarina  
Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção**

**PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS  
ESPECIAIS: ASPECTOS RELEVANTES PARA  
EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

**Dissertação de Mestrado**

**Janusa Lage Silvério**

**FLORIANÓPOLIS  
2003**

**Universidade Federal de Santa Catarina**  
**Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção**

**PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS  
ESPECIAIS: ASPECTOS RELEVANTES PARA  
EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Engenharia de Produção da Universidade Federal de  
Santa Catarina como parte dos requisitos para obtenção do  
título de Mestre em Engenharia de Produção.

Área: Psicologia das Organizações  
Orientadora: Profª Sônia Maria Pereira

**Janusa Lage Silvério**

**FLORIANÓPOLIS**  
**2003**

Janusa Lage Silvério

PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: ASPECTOS  
RELEVANTES PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do título de **Mestre em Engenharia de Produção no Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina.**

Florianópolis, 12 de novembro de 2003.

Prof. Edson Pacheco Paladine, Drº.  
Coordenador do curso

BANCA EXAMINADORA

---

**Profª Sônia Maria Pereira, Drª**  
**Orientadora**

---

**Profª Ana Maria B. Franzone, Drª**

---

**Profª Edis Mafra Lapolli, Drª**

---

**Profª Laudinéia de Souza Santos, Drª**

Nós somos culpados de muitos erros de muitas faltas  
Mas nosso maior crime é abandonar as crianças,  
Neglicenciando a fonte da vida.  
Muitas coisas de que nós precisamos podem esperar:  
A criança não pode  
Exatamente agora é o tempo em que os seus ossos estão  
Sendo formados,  
Seu sangue está sendo feito e seus sentidos estão sendo  
Desenvolvidos.  
Para ela não podemos responder “amanhã”.  
Seu nome é hoje  
(Gabriela Mistral, poeta Chilena,  
Vencedora do Prêmio Nobel)  
Pensamento

Dedico esse trabalho a todas as pessoas que foram fontes inspiradoras dessa pesquisa. Em especial, Lucila M.V. Motta Magalhães, Anna Carolina e sua família.

Aos meus ex-alunos da Escola Especial Comumviver /1995, em especial ao Alexandre e Bruno.

Aos meus alunos do 4º ano do curso de Pedagogia IES/FUNCEC, turma educação especial onde semanalmente passamos algumas horas discutindo sobre o processo de inclusão.

E a toda a minha família.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todas as pessoas que contribuíram, indiretamente ou diretamente para este trabalho, Em especial, aos meus pais, pelo apoio e incentivo durante todo o curso, ao Ronaldo meu marido, pelo estímulo, paciência, compreensão e muita ajuda; a Sônia, tão amável orientadora, que sempre esteve disponível nos momentos em que precisei, motivando-me e orientando-me com todo cuidado, para que meus erros se transformassem em oportunidades de crescimento e não em derrotas; a Bianca e ao Rafael grandes anjos inspiradores de muita alegria e motivação; a Dona Lucila, Anna Carolina e família, pessoas que abriram as histórias das suas vidas como parte deste trabalho, ao Instituto Educacional Despertar, em especial a Thalia e Eliene, profissionais que me receberam com imenso carinho, a Gardênia que de maneira totalmente incondicional se prontificou em fazer correções. A FUNCEC, onde além de abrir portas para este mestrado, auxiliou nos custos; a Jacqueline no que tange a finalização, ao Saulo, pela ajuda nas pesquisas que realizamos na internet, a Naiara pela disposição de digitar parte do trabalho; aos meus professores do mestrado, pelo conhecimento, atenção e carinho. Sendo o meu agradecimento maior para Deus, por tudo que tem proporcionado em minha vida e principalmente pela força, através da fé, que me nutre diariamente.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1.1 Apresentação .....</b>	<b>13</b>
<b>1.2 O Problema .....</b>	<b>17</b>
<b>1.3 Objetivos .....</b>	<b>18</b>
<b>1.3.1 Geral .....</b>	<b>18</b>
<b>1.3.2 Específicos .....</b>	<b>18</b>
<b>1.4 Delimitação do Objeto do Estudo .....</b>	<b>19</b>
<b>1.5 Justificativa do Estudo .....</b>	<b>19</b>
<b>1.6 Tipo de pesquisa .....</b>	<b>21</b>
<b>1.6.2 Método de estudo .....</b>	<b>22</b>
<b>1.6.3 Unidade da análise e observação .....</b>	<b>22</b>
<b>1.6.4 Coleta de Dados... ..</b>	<b>22</b>
<b>1.6.5 Análise de dados .....</b>	<b>23</b>
<b>1.7 Organização do Estudo .....</b>	<b>23</b>
<b>2 O PERCURSO DA INCLUSÃO .....</b>	<b>24</b>
<b>2.1 Da antiguidade ao século XX: os vários olhares sobre a pessoa com necessidades educativas especiais .....</b>	<b>24</b>
<b>2.1.1 O deficiente na antiguidade .....</b>	<b>24</b>
<b>2.1.2 O deficiente na idade média .....</b>	<b>25</b>
<b>2.1.3 O deficiente no Século XVI ao Século XX .....</b>	<b>26</b>
<b>2.2 Educação Especial no Brasil .....</b>	<b>27</b>
<b>2.2.1 Fatos Marcantes da Educação Especial no Brasil rumo a Inclusão .....</b>	<b>28</b>
<b>2.3 Redefinindo o papel da educação especial .....</b>	<b>41</b>
<b>2.4 Princípios que norteiam a inclusão .....</b>	<b>46</b>

2.4.1 Adaptação Curriculares de grande porte e adaptação curriculares de pequeno porte .....	49
2.5 Educação: Direitos de todos estarem inseridos em uma mesma escola .....	51
2.5.1 Alguns suportes legais para a promoção da inclusão .....	53
3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA .....	56
3.1 O Professor e a escola inclusiva .....	57
3.2 A família e a escola inclusiva .....	59
3.3 A Sociedade e a Escola inclusiva .....	61
3.4 As diferenças individuais, a sociedade e o preconceito .....	63
4 O CASO ANA CAROLINNA .....	67
4.1 Contextualizando o Instituto Educacional Despertar .....	67
4.2 O caso Anna Carolinna: Portadora da Síndrome de Down .....	69
4.2.1 O investimento em Anna Carolina e os preconceitos da sociedade .....	70
4.2.2 O processo de desenvolvimento e inclusão de Anna Carolina .....	73
4.2.3 As conquistas de Anna Carolina .....	75
4.3 Interpretação e Análise de Resultados das Entrevistas .....	77
5 CONCLUSÕES .....	80
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	
ANEXOS 1 – reportagens veiculadas em jornais variados sobre o trabalho de Anna Carolina	
ANEXO 2 – avaliação diferenciadas dos alunos do instituto educacional despertar	



## **LISTA DE FIGURAS**

**Figura 1- As novas designações para o excepcional**

**65**

## LISTA DE REDUÇÕES

<b>APAE</b>	Associação de pais e Amigos dos Excepcionais
<b>CENESP</b>	Instituto Nacional de Educação de Surdos
<b>CESB</b>	Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro
<b>EE</b>	Educação Especial
<b>EER</b>	Educação Especial e da Reabilitação
<b>IED</b>	Instituto Educacional Despertar
<b>INES</b>	Instituto Nacional de Educação de Surdos
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
<b>MEC</b>	Ministério da Educação e Cultura
<b>PNEE</b>	Pessoas com necessidades educativas especiais
<b>UEE</b>	Unidades de Educação Especial
<b>NEE</b>	Necessidades Educativas Especiais

## **RESUMO**

**Lage Silvério, Janusa.** Pessoas com necessidades educativas especiais: aspectos relevantes para educação inclusiva. **Florianópolis, 2003, 88 ps. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC.**

A proposta dessa dissertação – “Pessoas com necessidades educativas especiais : aspectos relevantes para Educação Inclusiva”.Visa mostrar os variados reflexos de mudanças no processo de inclusão de alunos com necessidades educativas especiais na rede regular de ensino.

Essa dissertação promove também uma reflexão acerca das dificuldades, riscos e sucessos que a escola inclusiva proporciona, enfocando assim, uma redefinição da função da educação especial.

Ao redefinir a educação, destaca-se como ponto fundamental a importância do papel da família, dos professores e demais educadores, da sociedade e dos governantes na implementação das leis que asseguram a entrada dos alunos na rede regular de ensino.

Foi considerado, neste trabalho, como de suma importância, a apresentação de um estudo de caso, enfocando uma escola, que funciona a 21 anos como escola inclusiva e respectivamente a história de vida de uma aluna desta escola, pessoa com necessidades educativas especiais, que hoje também se encontra com 21 anos. Nestas histórias é destacado todo o desafio de um processo de inclusão, tanto familiar, escolar e social.

Estas histórias, retratam a possibilidade da inclusão com muito sucesso e mostram alguns princípios fundamentais para vencer os obstáculos que uma pessoa com necessidades especiais sugere.

Ainda, neste trabalho, enfoca-se um breve histórico da educação especial no Brasil, como entendimento, para poder contextualizar a atual história, fundamentada hoje em alguns princípios legais.

O grande desafio se faz presente, uma educação para todos, respeitando a diversidade humana e a singularidade de cada um.

### **Palavras-chave:**

Inclusão, exclusão, escola, educação, alunos.

## **ABSTRACT**

**Lage Silvério, Janusa.** People with special educational needfulness: Important topics for a included education. **Florianópolis, 2003, 88 ps. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC.**

The purpose of this dissertation “People with special educational needfulness: important topics for a included education.” is to show the many reflexes of changes in the process of inclusion of students with special educational needfulness in the regular grade of teaching.

This dissertation raises, either, a thinking about the difficulties, threats and advantages that the included school allows, focusing so, a new vision about the function of the special education. In this case, is detached as fundamental point the paper of family, of the teachers and others educators, of the society and governments in the compliment of laws that asserts the entrance of students in the regular grade of teaching.

It was considered, in this work, as summary importance, the show about a case’s study, focusing a life history of a girl, 21 years old, who have special educational needfulness, in a included school, in operation during 21 years too. This history tells all the challenge of the process of inclusion, as familiar as in the school and social.

These histories evidences the successful possibility of the inclusion, showing essential sources, tools that a person with special educational needfulness have suggested.

Further, in this work, is emphasized a brief historic of the special educational in Brazil, in order to show the real history, based in some rules.

The great real challenge is to permit the approach of the educational system for all people, mainly considering the human’s diversity and the typically of each one person.

**Key Words:** Inclusion, exclusion, school, education, students.

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Apresentação

“Deixei cada um tornar-se tudo o que for capaz de ser; expandir se possível, até seu pleno florescimento; suportar todas as limitações. Rejeitar tudo o que for estranho, especialmente aspectos nocivos; e mostrar-se em todas a grandeza de sua dimensão e estatura, ser aquilo que possa.”

Thomas, Carlyle, 1827

A sociedade atual passa por um momento histórico muito importante, Vários segmentos sociais lutam pelos seus direitos de inclusão na sociedade. É o que acontece com as mulheres, negros, sem-terra, homossexuais e tantos outros excluídos. Embora não tenham conseguido plenamente sua inclusão na sociedade, muito já avançaram.

Tratando-se das pessoas com necessidades educativas especiais observa-se todo um movimento de tentativa de inclusão dessas pessoas na sociedade. No entanto, a pessoa, portadora de necessidade especial, possui um acesso restrito aos direitos que outras pessoas não têm, tais como: educação, saúde, trabalho, locomoção, transporte, esporte, cultura, lazer, enfim: cidadania.

Em sentido lato, todos os seres humanos são portadores de limitações e dificuldades, não esquecendo de que as deficiências existem em todos, variando apenas o grau. A justiça, a obrigação e a legalidade exercidos pela sociedade tornam-se importantes para que se modifique o seu papel sobre as Pessoas com Necessidades Educativas Especiais (PNEE), que passa pela solidariedade e compaixão.

A criação de leis para a garantia desses direitos assegura uma melhor condição de vida para essas pessoas. Entretanto, estas condições ainda não são suficientes. É necessário que as PNEE sejam reconhecidas pela sua própria pessoa e que o preconceito social seja, amenizado para que essas pessoas

sejam aceitas e incluídas em suas diferenças. Que a diferença assuma somente o papel de diferença e não de desigualdade como tem sido.

Se o desejo é realmente uma sociedade mais justa, deve-se criar uma nova ordem social, através das quais todos sejam incluídos no universo dos direitos e deveres. Para isso, é preciso saber como as pessoas com deficiência vivem, conhecer suas expectativas, necessidades, alternativas, limitações e suas potencialidades.

Como é ser pai ou mãe de uma pessoa que não enxerga? Como funciona a casa de uma família de deficientes auditivos? Como é a vida de uma pessoa que precisa de uma cadeira de rodas para se locomover? Como uma pessoa que tem deficiência mental aprende?

Essas perguntas levam as pessoas a pensar sobre as dificuldades e as conquistas desses excluídos e a pensar na possibilidade de concretização dos seus direitos: soluções simples e concretas para que possam estar nas salas de aula; ter plena assistência à saúde; qualificação profissional; emprego; prática de esporte; cultura e lazer. Enfim, um reconhecimento das diferenças, que é um fato, no combate à desigualdade.

Isso só se realizará se cada uma das pessoas se fizerem a pergunta: “O que eu posso fazer para contribuir na inclusão daqueles que são apenas diferentes? Qual é o caminho que devo percorrer para trabalhar o meu preconceito?”.

Buscar respostas para essas perguntas é um aprendizado nem sempre fácil, exige o desejo de conhecer, de se arriscar, de se envolver e de agir por parte da sociedade. Buscar essas respostas é tentar construir uma sociedade inclusiva.

O que é na verdade a pessoa com necessidades especiais? Um ser limitado, diminuído? Um estranho entre nós? É o que ser humano está habituado a pensar e a sentir. Os termos, deficiente, excepcional e outros semelhantes fazem com que as pessoas apercebam-se de sua dimensão marcando “esses deficientes” com o estigma da desigualdade. Às vezes, estes termos são usados de maneira muito taxativa, para agredir os “ditos normais”.

Para Sawrey e Telford (1978), a idéia de que o deficiente seja físico, mental ou social, é um limitado, um ser fora do contexto, está firmemente associada à idéia de uma sociedade em que todos têm um papel preestabelecido a exercer. A consciência do papel social vinculado a determinado status econômico-social assume importância capital durante e após a revolução industrial. O artesanato, o

trabalho no lar, as corporações de ofício, os direitos e os costumes de sucessão, a proteção familiar que até então ordenavam as atividades laborativas na sociedade tendiam a colocar o portador de necessidades especiais como vítima do infortúnio, digno de comiseração e apoio.

Ainda segundo Sawrey e Telford (1978), as coisas começam a mudar quando se suavizam as regras temíveis do capitalismo vitoriano. As idéias socialistas ampliam sua difusão e entram em cena novas idéias sobre o trabalho, a sociedade e o homem. Este passa a ser valorizado em uma nova perspectiva, um novo humanismo.

O novo homem atinge também o excepcional que melhora sua situação de vida, embora não progrida em sua existência, ou seja, o enfermo deixa de ser um estorvo para ir novamente ao limbo de ser um infeliz. A sociedade reconhece a realidade da existência daqueles homens pela metade e resolve ampará-los e protegê-los. Surge a transição para um novo período, uma nova abertura. A sociedade reconhece o excepcional o lugar a que ele deve ocupar na sociedade sem que seja um coitado ou um sofredor.

Segundo estes autores, o deficiente tem personalidade própria. Ele quer participar da sociedade pelo trabalho e não por piedade. Seu trabalho e seu estudo têm articulações próprias e pessoais que devem ser respeitadas. Não se trata de aspectos limitados, mas sim de aspectos próprios. O deficiente tem o direito de ser e existir como é.

Fonseca (1995, p. 4), coloca que o número de deficientes não tende a diminuir:

apesar da redução das deficiências devido ao progresso impressionante da medicina e da técnica. Pelo contrário, a percentagem de acidentes e de sinistralidade, a diminuição da mortalidade infantil, que, em contrapartida, arrasta mais deficiências ligeiras, e o aumento da esperança de vida que avoluma a população idosa tendem a estabilizar o número de seres humanos que sofrem de deficiências físicas ou mentais duradouras, mais ou menos graves.

Para o autor, em muitos aspectos, a questão da deficiência reflete a maturidade humana e cultural de uma comunidade. Há implicitamente uma relatividade cultural, que está na base do julgamento que distingue entre

deficientes e não-deficientes. Essa relatividade obscura, tênue, sutil e confusa, procura de alguma forma, afastar ou excluir os indesejáveis, cuja presença ofende, perturba e fere o egoísmo social.

Entretanto, para Sawrey e Telford (1978), o pleno reconhecimento de tudo isso tirará o excepcional da era do paternalismo e proteção para a tentativa de inserção na sociedade. Quer se reconhecer a existência da peculiaridade e seus efeitos, aceitá-la e dar uma organização de trabalho e estudo compatível.

As PNEE não devem ser vistos como alvo de misericórdia, proteção excessiva, paternalismo e críticas pejorativas, mas sim pessoas úteis, necessárias e principalmente valiosas. A quebra desses pré-conceitos se dá através da informação, do conhecimento e posteriormente da formação. Pessoas, formadoras de opiniões são peças fundamentais na formação de um novo conceito sobre os PNEE. Somente respeitar as leis, não é suficiente. A exclusão pode acontecer de maneira velada. Por isto, falar sobre o assunto, escrever, debater, enfim, insistir nessa discussão parece ser o único caminho para a mudança.

A questão que envolve as PNEE estão relacionados ao âmbito familiar, aos grupos sociais aos quais pertencem, às classes e outros gerando conflitos difíceis de serem administrados.

O propósito desta dissertação é buscar na educação inclusiva uma nova perspectiva para os seres humanos portadores de necessidades especiais. Acreditamos que a inclusão (na escola, no trabalho, no lazer, nos serviços de saúde, dentre outros) significa que não só a pessoa deficiente deve integrar-se à sociedade, como também a sociedade deve adaptar-se às necessidades da pessoa com deficiência. E o fato da sociedade adaptar-se não poderia ser sinônimo de solidariedade e sim de necessidade, em que o crescimento se dá para ambos.



## 1.2 O Problema

Diante de tantas mudanças que eclodem na evolução da sociedade, surge um novo movimento, o da inclusão, consequência de uma necessidade social, de um mundo democrático, em que se pretende respeitar direitos e deveres. A limitação da pessoa não diminui seus direitos: são cidadãos e fazem parte da sociedade como qualquer outro. A sociedade se prepara para lidar com uma situação óbvia: a diversidade humana. Lidar com as diferenças é sempre um aprimoramento pessoal

Todas as pessoas devem ser respeitadas, não importa o sexo, a idade, as origens étnicas, a opção sexual ou as deficiências. Uma sociedade aberta a todos, que estimula a participação de cada um e apóia as diferentes experiências humanas, e reconhece o potencial de todo cidadão, é uma sociedade inclusiva.

A sociedade inclusiva é democrática, reconhece todos os seres humanos como livres, iguais e com direito a exercer sua cidadania. Para que uma sociedade se torne inclusiva, é preciso cooperar através do esforço coletivo de sujeitos que dialogam em busca do respeito, da liberdade e da igualdade.

Como se vê, a sociedade ainda não é inclusiva. Há grupos de pessoas discriminadas, inclusive nas denominações que recebem: “inválido”, “excepcional”, “deficiente”, “mongol”, “down”, “manco”, “ceguinho”, “aleijado”, “demente”, dentre outros

De acordo com a organização mundial de saúde (1980), mais de 500 milhões de pessoas, ou 10% da população mundial total tem algum tipo de deficiência e estima-se que aproximadamente, somente 1% dessa população, possui atendimento educacional..

Essas palavras revelam preconceito, e, através delas, é possível dizer que essas pessoas precisam mudar, para que possam estar convivendo na sociedade. O problema é do surdo, que não entende o que está sendo dito na TV, e não da emissora que não colocou a legenda; é do cego, por não saber das novas leis, e não do poder público que não as divulga oralmente ou em braile; é do deficiente físico, que não pode subir escadas, e não de quem aprovou uma construção sem rampas. Será que a integração da pessoa com necessidades especiais é somente responsabilidade da própria pessoa?

O termo inclusão, diferentemente, indica que a sociedade, e não a pessoa, deve mudar. Para isso, até as palavras e expressões para denominar as diferenças devem ressaltar os aspectos positivos e, assim, promover mudança de atitudes em relação a essas diferenças. É necessário que as pessoas forneçam mecanismos para que todos os PNEE sejam incluídos.

Diante desses pressupostos, a questão-problema que se coloca é: "Como ensinar aos professores em formação inicial ou em serviço práticas heterogêneas e inclusivas, a partir de uma política de formação de professores que enfatiza a deficiência, que categoriza os aprendizes e seus professores e que, assim procedendo, opta pela homogeneidade das práticas e exclui os que nela cabem em uma modalidade específica de educação?"

### **1.3 Objetivos**

#### **1.3.1 Geral**

Analisar a educação inclusiva, identificando aspectos relevantes no processo de inclusão de uma pessoa com necessidades especiais.

#### **1.3.2 Específicos**

- ✓ Verificar o processo evolutivo da educação para a inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais na sociedade;
- ✓ Identificar, em uma escola, elementos de inclusão atuantes para uma pessoa com necessidades especiais;
- ✓ Verificar o papel da família no processo da educação inclusiva, da pessoa com necessidades educativas especiais;
- ✓ Analisar a inclusão das pessoas com necessidades educativas especiais como um dos principais instrumentos da sociedade inclusiva.

#### **1.4 Delimitação do Objeto de Estudo**

Dentro das variadas abordagens possíveis que envolvem a problemática da pessoa com necessidades especiais, opta-se pela dimensão educacional para realizar a pesquisa empírica e teórica, uma vez que a instituição educacional, depois da família é, como assinalava Durkheim (1983), fator responsável pela socialização metódica das novas gerações. A escola é, segundo o mesmo autor, a instituição principal para a construção do ser social.

#### **1.5 Justificativa do Estudo**

De acordo com os vários autores estudados não existe uma deficiência total. Por mais grave que seja a deficiência, há alguma coisa, mesmo que muito pequena frente às expectativas das pessoas de se conseguir que elas aprendam. Em todos os demais casos, a pessoa portadora de necessidade especial tem forças e fragilidade; condutas afetadas pela deficiência e condutas que às vezes não o são. Ela pode estar incapacitada para ver, mas não ter dificuldade alguma em movimentar-se pela casa; pode ser surda, mas escrever poesia; pode ser mentalmente deficiente, mas ótima no futebol. Esse olhar associa a pessoa com necessidades especiais, num âmbito de deficiência global é um mito. Ainda é muito comum, aproximarem-se de um cego e pensar que ele também é surdo e deficiente mental.

Fonseca (1995), considera que uma das situações mais críticas da vida do deficiente é a sua entrada na escola, isto é, a “o rompimento entre o envolvimento familiar e o envolvimento social”. Este autor coloca que a questão da “normalidade x deficiência” envolve também valores éticos e padrões culturais diversificados. O que é “normal” em uma sociedade pode ser considerado “anormal” em outra, o conceito de “normalidade” não pode ser reduzido somente a problemas de ordem biológica, mesmo porque as limitações comportamentais podem ser compensadas com a capacidade de condutas adaptáveis e funcionais a serem exploradas. Fonseca acentua a necessidade de uma visão ampla, aberta em relações as dificuldades de aprendizagem.

Quanto ao rompimento entre o envolvimento familiar e o envolvimento social, dito por Fonseca, não se pode esquecer que a primeira inclusão começa em casa, no âmbito familiar. Se esta for muito deficiente, mais deficientes serão as outras relações sociais. Se essa for bem trabalhada, a criança terá mais base para enfrentar as outras relações. Isto não significa que toda a responsabilidade no processo de inclusão, seja da família. Mas torna-se importante reconhecer o quanto o papel da família é essencial nesse processo

Para Fonseca (1995), o cérebro é portador de uma plasticidade capaz de produzir e modificar o ser humano. O ponto de partida é a experiência de aprendizagem mediada. Esta como sendo uma estratégia de intervenção que propõe uma adaptação, uma transformação, uma filtragem de estímulos específicos do mundo exterior para o organismo do indivíduo mediatizado. Sua postura, ou seja, a “modificabilidade cognitiva estrutural implica, necessariamente numa visão otimista que vem combater atitudes tradicionais e pessimistas como:” Fizemos tudo e não dá“. “Tentamos tudo e não foi possível registrar qualquer progresso”: que direito há em submeter à criança deficiente a testes tão duros para que afinal faça apenas mais uma habilidade, bem como a frieza de diagnósticos que vem caracterizando o universo dos deficientes intelectuais?

Tendo como ponto de vista a plasticidade do cérebro, o ponto de partida para o processo de aprendizagem das PNEE, será sinalizado por cada PNE. É ele quem vai mostrar o início e o caminho a percorrer. Para isso, o profissional envolvido deve ter uma boa escuta para escutar o não dito, criatividade para quebrar o convencional e disposição para enfrentar os desafios.

As barreiras parecem imensas. O mundo do trabalho ainda está muito despreparado para receber a força de trabalho dos portadores de necessidades especiais. Segundo este autor, a escola assumiu a tarefa de limpar o rosto da sociedade da qual é a expressão, assumindo um compromisso demasiado árduo para as suas possibilidades. Assim, a escola assume a tarefa hercúlea de recuperar os deficientes e aparelhá-los para enfrentarem os desafios de uma sociedade preparada, apenas, para conviver com a normalidade.

Na verdade, o processo ensino aprendizagem seja para alunos regulares, seja, para alunos especiais deve-se levar em conta que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção.”

Nesse contexto, a inserção escolar de alunos com deficiência tem sido a questão referente à Educação Especial mais discutida em nosso país nas últimas décadas. É raro o seminário, congresso, encontros ou publicações em que este tema não seja abordado (GLAT, 1998).

Correntes polarizam-se na defesa da integração e outros no que se refere à inclusão escolar da pessoa portadora de deficiência. Pode-se perceber discursos contraditórios, uso inadequado de conceitos, confusões terminológicas por parte dos expositores. Os discursos correm o risco de se tornarem vazios e teóricos quando não são fundamentados pela prática. Essa política, da diversidade de discursos, tem sido implementada sem uma planificação pedagógica adequada e muito menos sem um acompanhamento e avaliação sistemáticos (GLAT, 1998).

O estudo de caso, do Instituto Educacional Despertar e da sua respectiva aluna Anna Carolina Motta Magalhães estará fornecendo elementos para futuros debates e futuras pesquisas nesta área, além de poder, através de conhecimentos mais profundos, reunir melhores condições de participar pessoal, profissional e socialmente, para a inclusão, a integração e a participação da pessoa PNE na sociedade a que pertence.

## **1.6 Metodologia da Pesquisa**

### **1.6.1 Tipo de pesquisa**

A pesquisa é caracterizada como exploratório-descritiva. Vergara (1997) coloca que as pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar uma visão geral, do tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses precisas e operacionalizáveis sobre ele (GIL, 1999).

Os estudos exploratórios têm por objetivo procurar se familiarizar com um dado fenômeno ou com uma determinada situação, com o intuito de compreendê-lo para formular o problema com maior rigor. Dessa forma, tornam-se apropriados para os primeiros estágios de investigação, quando o conhecimento e a

compreensão de um determinado fenômeno são insuficientes ou inexistentes. (YIN, 1994, p. 23).

Segundo Gil (1999), "as pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática". O pesquisador busca, então, estruturar o conhecimento para poder, no futuro, aplicá-lo.

#### 1.6.2 Método de estudo

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, foi utilizada a técnica do estudo de caso. Esta técnica foi escolhida por que envolve um estudo profundo de alguns objetos de maneira a permitir o seu amplo e detalhado conhecimento.

Conforme Yin (2001) o estudo de caso é o método mais adequado quando o fenômeno de interesse não pode ser estudado fora do seu ambiente natural. Assim, não há necessidade de manipulação de sujeitos ou eventos e o fenômeno de interesse não tem uma base teórica estabelecida.

#### 1.6.3 Unidade de análise e observação

Foi definida como unidade de análise o Instituto Educacional Despertar, por ser um exemplo de escola inclusiva que deu certo, usando como "método" básico, o respeito pelas diferenças individuais.

Como unidade de observação foi analisada uma aluna portadora da Síndrome de Down, Anna Carolina Motta Magalhães, 21 anos, cursando a 4ª série do IED.

#### 1.6.4 Coleta de dados

A coleta de dados deu-se através da pesquisa bibliográfica e documental, respectivamente, dados de fontes primária e secundária.

Os dados de fonte primária foram coletados com os profissionais do IED. A entrevista foi semi-estruturada, de forma que a pesquisadora, conhecendo os aspectos relevantes da pesquisa, formulou alguns pontos a tratar, tendo o entrevistado total liberdade de expressão para manifestar-se. Neste tipo, as perguntas são mais flexíveis, a entrevista é guiada por uma lista de perguntas ou assuntos específicos a serem explorados, emergindo a visão do respondente.

Os dados secundários estão compreendidos na pesquisa bibliográfica realizada e na utilização de publicações existentes, o que permitiu uma melhor compreensão do trabalho desenvolvido.

A coleta de dados foi realizada em março, abril e maio de 2003 no IED, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

#### 1.6.5 Análise de dados

Os dados coletados foram de natureza qualitativa por tratar-se de um estudo teórico que não tem a preocupação de quantificar dados.

Richardson (1999, p.39) defende que a abordagem qualitativa é “adequada para entender a natureza de um fenômeno social”. Dessa forma, a pesquisa qualitativa não pretende numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas, e sim, uma forma de entender um fenômeno social, estudando suas complexidades.

### 1.7 Organização do Estudo

Esta dissertação está estruturada na questão da educação inclusiva das pessoas com necessidades especiais em quatro capítulos.

No Capítulo um, faz-se a apresentação das considerações introdutórias que envolvem a caracterização da proposta de estudo.

No Capítulo dois, o percurso da inclusão, apresenta um histórico da educação especial rumo a inclusão.

E, por sua vez, no Capítulo três situa-se a educação inclusiva para seres humanos especiais. As modalidades de inserção na escola para todos e o papel do professor, família e sociedade.

No Capítulo quatro, o estudo de caso, descrevendo a instituição e seu ambiente, a análise e a interpretação dos dados do caso estudado.

A conclusão e os principais resultados da dissertação são apresentados no Capítulo cinco, reconduzindo aos objetivos que estiveram em sua base e sugestões para trabalhos futuros.

Finalmente, passam-se às referências bibliográficas e anexos.

## **2 O PERCURSO DA INCLUSÃO**

### **2.1 Da antiguidade ao século XX: os vários olhares sobre a pessoa com necessidades educativas especiais.**

#### **2.1.1 O deficiente na antiguidade**

Pensar historicamente nos ajuda a compreender a gênese que envolve todo o processo de exclusão, integração e inclusão da pessoa com N.E.E. Olhar para o passado facilita algumas conexões com o presente e nos faz questionar o porquê do deficiente ser sempre visto de forma marginalizada, preconceituosa e excludente. Por que ser deficiente é ferir tanto a vaidade da sociedade?

Na antigüidade, na Grécia antiga e em Roma, muito poucos dados são encontrados sobre a relação entre sociedade e deficientes. Observa-se que a organização sociopolítica era sustentada pelo poder absoluto de uma minoria: a nobreza. Eram eles quem detinham o poder social político e econômico. Em contrapartida, estavam a maioria das pessoas, que apesar de maioria, dependiam da nobreza e por ela eram tratados de forma sub-humana.

Com esta forma de organização política conclui-se que não fazer parte da nobreza já era questão forte de exclusão e além de não fazer parte na nobreza e ainda ser deficiente auditivo, mental, físico ou visual assume um papel mais



excludente ainda. A exclusão nesses casos era marcada pelo frio abandono, não tendo a nobreza nenhum incômodo moral ou ético. Recorrendo aos filmes que retratam questões ligadas à antiguidade, pode-se observar que, quanto aos deficientes, quando não eram totalmente abandonados, tinham como única fonte de ocupação o “bobo da corte”. A sua deficiência era usada como forma de divertir a nobreza.

A problemática da deficiência na antiguidade era uma questão que não merecia nenhum tipo de questionamento acerca da inclusão dessas pessoas na sociedade. A presença de um deficiente, ameaçava a ordem social, sendo assim, esse era excluído pelo abandono, o que era aceitável.

As questões de ordem religiosas eram fortes. Enxergar o homem como “imagem e semelhança de Deus”, era perceber em muitas situações o deficiente como obra satânica, era um “sinal de satanás”, de forças demoníacas e isto era aceitável.

De outra ordem, ainda percebemos reflexos deste momento nos dias atuais. É comum deparar-se com pessoas que ainda acreditam que determinado deficientes são possuídos por forças malignas ou que são deficientes porque em outras vidas deveriam ter sido pessoas más e que vieram nesta vida para tentar resgatar algo das passadas. Também percebe-se, o deficiente, como motivo de crítica, risos, piadas. Não é mais o tradicional “bobo da corte”, mas, de forma mais sutil, continua sendo a diversão para muitas pessoas alienadas e com certo caráter de perversidade.

### 2.1.2 O deficiente na Idade Média

Na idade média, houve uma significativa mudança na organização político-administrativa. Surge o Cristianismo e conseqüentemente o crescimento e o fortalecimento da igreja católica. O clero assume o poder e a sociedade se torna submissa socialmente, politicamente e economicamente a ele. Apesar do comando não estar mais na mão da nobreza, para o povo quase nada modificou, mudando somente o seus “donos”, da nobreza, passa-se para clero. Em decorrência das idéias cristãs, ocorre uma mudança no tratamento com as

peças deficientes. Elas passam a ser vistas como criaturas de Deus e conseqüentemente não podem mais serem exterminadas, porém, continuavam sendo excluídas, exploradas como fonte de diversão e sobreviviam de esmolas.

À partir do século XII, várias críticas começaram a surgir a respeito da igreja católica. O discurso religioso e a atuação do clero não estavam sendo condizentes, a partir daí surge uma nova facção religiosa, os protestantes. A igreja católica, se sentindo ameaçada com a disseminação da sua farta estrutura, lança mão da inquisição católica, em que as perseguições, torturas e extermínios, ocupam mais um longo período. Enquanto isso, o deficiente continuava sem espaço algum na sociedade, sem direito a ter o mínimo de direito para sua inserção enquanto cidadão.

### 2.1.3 O deficiente do Século XVI ao Século XX

À partir do século XVI, um novo conceito surge em relação à deficiência. Ela passou a ser concebida como conseqüência natural orgânica. Nesta época, a mitologia, a astrologia e a alquimia passaram assumir fortes tendências e a deficiência passa a ser analisada por este ângulo. Fica claro neste período que a causa da deficiência são fatores orgânicos e não mais espirituais. Assim, começam a surgir vários estudos médicos, relacionados tanto na causa como no “tratamento” das deficiências. Somente no século XIX é que iniciaram os primeiros estudos científicos sobre a deficiência Mental. Podemos destacar pesquisadores como Esquirol, Wundt, Lombroso, Down, Galton etc.

Uma nova ordem surge em relação as pessoas deficientes: A institucionalização. Somente no período de 1960 que o processo de institucionalização começou a ser criticado. Nasce a proposta destas instituições não serem mais espaços de segregações, prisões, onde muros mais altos e fortes portões de aço , afastam estas pessoas do contato com a sociedade.

Escreveu Cora Coralina, “tempo virá. Uma vacina preventiva de erros e violências se fará. As prisões se transformarão em escolas e oficinas. E os homens imunizados contra o crime, cidadãos de um novo mundo, contarão às

crianças do futuro, estórias absurdas de prisões, celas, altos muros, de um tempo superado” (Manual sobre AIDS para presídios, Ministério da Saúde, 1997).

As pesquisas mostram, que os espaços de segregação para os deficientes, em quase nada diferia das prisões. Vários são os autores que criticam este duro espaço de enclausuramento e que muito influenciaram para a mudança dessa rígida postura. Dentre vários, podemos citar Erving Goffman, Michel Foucault, Franco Basaglia, Sigmund Freud e outros.

Geralmente, estes lugares além de favorecer o confinamento, se torna um espaço de reforço da própria deficiência. É comum, relatos de cronificação da doença. Todo este contexto de aprisionamento, sem nenhuma pedagogia valiosa faz com que estas pessoas sejam incapazes de administrar suas próprias vidas. Abandonados pelos seus familiares, se tornaram filhos da instituição.

Todo o movimento contrário à institucionalização que vem até os dias atuais e que muito ainda tem para caminhar, tenta assegurar os direitos da não segregação. Surge aí um novo conceito: integração e inclusão.

## **2.2 Educação Especial no Brasil**

Resgatar a memória da história da educação especial no Brasil se torna tão difícil quanto resgatar a história do deficiente no mundo. Durante séculos, a presença do deficiente incomodava a sociedade e conseqüentemente a sociedade silenciava perante ele, mantendo-o sempre em uma posição de descaso, assim a sua história fica um pouco obscura de se resgatar.

São poucos os trabalhos encontrados que enfocam de forma profunda a história da educação especial no Brasil, e os que foram encontrados pode-se observar que o resgate desta história tão difícil custou muito aos autores.

Essa situação que nos faz pensar, que tamanha é a deficiência da sociedade em se sentir tão incomodada com os deficientes? Questões que possivelmente abririam em novo trabalho de pesquisa.

### 2.2.1 Fatos Marcantes da Educação Especial no Brasil rumo a Inclusão.

Ano	Fato Marcante
1600	Junto a Santa Casa de Misericórdia/SP, fundou-se a 1ª Instituição particular para deficientes físicos.
1835	O Deputado Cornélio Ferreira apresenta à Assembléia Projeto de Lei objetivando a criação do cargo de Professor de Primeiras Letras para o ensino de cegos e surdo-mudos.
1854	Decreto Imperial nº 1.426 criou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos.
1855	Chega ao Brasil Edouard Huet, professor surdo francês que viria a dirigir o primeiro Instituto Brasileiro para atendimento a surdos-mudos.

1857	Instalado o Instituto dos Surdos-Mudos, sob a direção de Edouard Huet.
1869	Benjamin Constant assume a direção do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, no Rio de Janeiro em 24/01/1891 que, através do Decreto nº1.320, receberia o seu nome.
1874	Junto ao Hospital Juliano Moreira em Salvador (BA) surge uma instituição para Deficientes Mentais.
1887	Na rede regular de ensino, inicia-se o atendimento de deficientes físico e visuais no Rio de Janeiro.

Depois de proclamada a república (1889) os estados se tornaram mais independentes, fazendo com que, mesmo de forma tímida, São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, comesçassem a se preocupar com as escolas para deficientes mentais.

1900	O Dr. Carlos Eiras apresenta, no IV Congresso de Medicina e Cirurgia, no Rio de Janeiro, sua monografia sobre doentes mentais intitulada "Educação e tratamento médico-pedagógico dos idiotas".
1910	Três cegos, após cursarem o Instituto Benjamin Constant, conseguem ingressar na Faculdade de Direito de São Paulo.
1913	No Hospício D. Pedro II, na Praia Vermelha, Rio de Janeiro, começa o funcionamento intensivo do Pavilhão Bourneville, com atendimento a

	menores anormais. Aparece o livro do Professor Clementino Qualio, da Escola Normal de São Paulo, intitulado “A educação da infância anormal da inteligência”.
--	--

O pavilhão Bourneville nasceu, devido às denúncias da comissão encarregada de investigar as condições de assistência a alienados no Hospício Nacional e na Colônia da Ilha de Governador. A comissão relatou não poderem contemplar impassíveis o espetáculo angustioso das crianças passeando no Instituto da Praia da Saudade, “entre degenerados de toda espécie, quicá de impulsivos, dados à prática de atos os mais repulsivos”. (Jannuzzi 1985, p.34).

De acordo com Jannuzzi (1985, p. 59), no período 1920 a 1935, duas vertentes continuavam fazendo parte da educação dos deficientes: A médico-pedagógica, mais subordinada ao médico, não só na determinação do diagnóstico, mas também no âmbito das práticas escolares. A psicopedagógica, que não independe do médico, é verdade, mas com mais ênfase nos princípios psicológicos. A teoria que a veiculava era a da Escola Nova, presente sobretudo no discurso pedagógico, mas com alguma realização na prática escolar. Jannuzzi relata ainda que a vertente psicopedagógica tem como referencia Noberto Souza Pinto e Helena Antipoff.

Para Souza (1976, p.33), a sua preocupação se restringia aos deficientes mentais, sendo que neste grupo, somente os “anormais de escolas” eram motivo de sua preocupação, uma vez que os “anormais de hospício”, pertenciam ao campo médico- pedagógico.

Atuando em Campinas e São Paulo, elaborou o conceito de deficiência Mental a partir das normas escolares. A escola seria o local onde tais anomalias se manifestaram e, portanto, seriam retardatário todos os que nela não se adaptassem: os cegos, os surdos-mudo, os defeituosos, os degenerados, os retardos intelectualmente (que particularmente trabalhou) (Jannuzzi 1985, p. 66).

Observa-se que o conceito de deficiência mental para Souza (1976, p.34), ficava extremamente vago. É sabido, na atualidade, que o olhar da escola sobre a criança, pode valer como um indicativo de alguma deficiência. Este olhar, tem muito a acrescentar dentro de um contexto de equipe multidisciplinar. Porém,

para Souza, a classificação de deficiência mental se torna extremamente rude, uma vez que, qualquer comportamento diferente do aluno podia classificá-lo como deficiente.

Jannuzzi (1985, p.68), critica essa postura psicopedagógica desenvolvida por Souza acrescentando que, todas as oscilações que envolvem a responsabilidade na detecção da anormalidade persistiu o critério da “norma escolar” como parâmetro de enquadramento. Tanto que eram dispensadas as observações médico-pedagógicas, porque os próprios inspetores ou professores notarão estas anomalias facilmente. Para tanto, tais profissionais devem ser capazes de valorizar “fins e métodos de ensino”; que houvesse “mais familiaridades entre o educador e o educando, enfim, se existisse “compreensão simpatia e um pouco de senso comum”.

Jamais foi mencionada neste período a idéia de inclusão escolar, para Souza Pinto as escolas tinham que ser totalmente separadas. Já em 1935, Souza Pinto, vincula o diagnóstico, não somente ao professor, mas também ao pedagogo, médico e psicólogo.

“de fato é difícil tomar distância de todo o envolvimento social e deixar de reproduzir na escola as suas expectativas. Inseridas no global, ela carrega também os seus valores, principalmente os da camada no poder, que aliás os assegura através de toda uma legislação. Então, de certa maneira, Noberto Souza Pinto ajudou a manutenção da “situação”, à medida que preconizou a separação de todos os “indisciplinados”, “os instáveis”, os moralmente perturbados. Facilitou o bom rendimento das camadas mais favorecidas que, já trazendo para a escola muitos dos valores nela incorporados, mais facilmente se adaptaram a ela”. (JANNUZZI, 1985, p.70)

Para Helena Antipoff, conforme cita Jannuzzi (1985, p.72), o conceito de deficiência mental, estava articulado através dos testes de inteligência conceituado por Binet. Esses testes foram aceitos com restrição para detecção da anormalidade. Ele reconheceu que os testes não mediam aptidões ou disposições inatas, mas sim aquilo que o indivíduo recebia do seu meio familiar, grupo social e da própria escola: mediam a inteligência civilizada. Mesmo assim, utilizou-os como critérios de hierarquização das classes homogêneas.

“A educação de crianças deficientes para Antipoff, só poderia ter êxito após o diagnóstico. Assim, cada criança tinha que ser vista como única, sendo necessária conhecê-la

em seus diversos aspectos, físicos, intelectuais, afetivos e sociais. Para ela as crianças deveriam ser separadas por classes: A, B, C e D de acordo com as suas capacidades intelectuais.”(JANNUZZI, 1985 p. 72)

1915	Inaugurada em Laranjeiras, no Rio de Janeiro, a sede do Instituto Nacional de Surdos.
1917	Neste período, o critério para avaliar a anormalidade seria o grau de inteligência em relação aos alunos da mesma idade (MELLO, 1917, p.101), bem como a observação da atenção do aluno, da sua memória. Não se explicitava claramente o que seria inteligência, principal parâmetro para a classificação das crianças em supernormal ou precoce, subnormal ou tardio e normal. Porém, pode-se supor que estivesse relacionada com o rendimento escolar do aluno, avaliando nas notas de sua classe. (JANNUZZI, 1985, p. 37). Assim, retrata Jannuzzi (1985, p. 46), o que era proposto é que essas crianças deveriam ser educada em classes separadas, não só porque elas não aprendiam com ou sem os normais, como até por vezes se viciam, e, “o que é pior impedem que as crianças normais aproveitem convenientemente a instrução que lhes é proporcionada” (MAGALHÃES, 1913, p.57)
1926	Inaugurado, em Belo Horizonte, o Instituto São Rafael Para Cegos.
1927	Surge, em Canoas, RS, a primeira instituição brasileira dedicada aos excepcionais, com o nome de Pestalozzi.
1929	No Rio de Janeiro, a Reforma do Ensino Primário, Profissional e Normal inclui em seu Regulamento, disposições sobre a seleção de alunos brilhantes.
1930	No Nordeste, o Dr. Ulisses Pernambucano desenvolve trabalho pioneiro em favor dos excepcionais, unindo Psiquiatria, Psicologia e Pedagogia.
1931	Criado, na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, o Pavilhão Fernandinho Simonsens com uma classe especial para alfabetização e ensino primário de crianças internadas por longos períodos naquele hospital.
1932	Fundada por Helena Antipoff a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais.
1933	A Comissão do Ensino Secundário do Conselho Nacional de Educação através do Parecer nº 291, permite o ingresso de aluno cego em escola

	do sistema regular de ensino, na cidade de Curitiba.
1935	Criado, graças à iniciativa de Helena Antipoff, o Instituto Pestalozzi na cidade de Belo Horizonte.

“A clientela atendida pelo instituto era toda uma variedade de alunos que não correspondiam aos parâmetros da ordem e da moral existentes na sociedade e institucionalizados na escola: cinquenta alunos, do Abrigo de Menores Afonso Moraes, foram colocados em regime de semi-internato, “para minorar a miséria moral em que se achavam”. (JANNUZZI, 1985, p.90)

1940	Instalada em Ibirité, nos arredores de Belo Horizonte, a Granja-Escola da Fazenda Rosário pertencente à Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais.
1942	- Inaugurado o Hospital de Neuro Psiquiatria Infantil, em Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro. - Edição em Braille pelo Instituto Benjamim Constant da primeira Revista Brasileira para Cegos.
1943	- A Comissão de Legislação do Conselho Nacional de Educação, através do Parecer nº144, autoriza a inscrição de aluno cego na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. - O Decreto nº 14.165 dá ao Instituto Benjamim Constant competência para ministrar os ensinos primário e secundário.
1945	- Por iniciativa de Helena Antipoff, é fundada, no Rio de Janeiro, a Sociedade Pestalozzi do Brasil. - Helena Antipoff realiza, na Sociedade Pestalozzi, no Rio de Janeiro, experiências com alunos superdotados.
1946	Criada a Fundação para o Livro do Cego no Brasil, com a finalidade de divulgar o livro em Braille.
1949	Portaria Ministerial nº 504 garante a distribuição gratuita dos livros em Braille para todo o Brasil.
1950	- Começa o ensino integrado no Brasil, com alunos que concluíram o curso Ginásial no Instituto Benjamim Constant. Em São Paulo, no



	<p>Instituto Caetano de Campos, criada, a título experimental, a primeira classe Braille com alunos em regime escolar comum.</p> <p>- Criada, em São Paulo, a Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD), com classes para deficientes físicos.</p>
1953	<p>- Portaria Ministerial nº 12 autorizou a matrícula de alunos cegos nos estabelecimentos de ensino secundário reconhecidos ou equiparados pelo Governo Federal. Autoriza ainda, a interpretação da legislação de ensino, pelo Conselho Nacional de Educação, para facultar o acesso de cegos nos cursos universitários.</p> <p>- Parecer nº 50 da Comissão de Legislação do Conselho Nacional de Educação, dá parecer favorável ao ingresso de aluno cego no curso de Geografia e História da Faculdade Fluminense de Filosofia.</p>
1954	<p>- Fundada, no Rio de Janeiro, a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).</p> <p>- Fundada, no Rio de Janeiro, a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR).</p>
1955	<p>- Lançada a recomendação nº 99, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre programas de reabilitação profissional, obtenção e retenção de empregos por deficientes.</p> <p>- Criadas em São Paulo, por inspiração da AACD, classes especiais para deficientes físicos, nos Grupos Escolares da rede escolar comum.</p> <p>- Alunos cegos do Curso Primário são admitidos nas escolas comuns.</p> <p>- A Lei 3.198 alterou a denominação do Instituto dos Surdos e Mudos para Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).</p> <p>- O Decreto nº 42.728 criou a Campanha para Educação do Surdo Brasileiro (CESB).</p>
1958	<p>- A Portaria Ministerial nº 114 dá instruções para a organização e execução do programa de ação da Campanha (CESB).</p> <p>- O Decreto 44.236 institui a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão.</p> <p>- A Portaria Ministerial nº 477 fixa instruções para a organização e execução da Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão, campanha ligada diretamente à direção do</p>

	<p>Instituto Benjamin Constant.</p> <p>- A Lei nº 5.029 cria o Instituto de Reabilitação, para funcionamento junto à Cadeira de Ortopedia e Traumatologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.</p>
1960	<p>O Decreto nº 48.252 desvincula a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficientes da Visão do Instituto Benjamin Constant, passando a ser subordinada diretamente ao Gabinete do Ministro da Educação e Cultura, com a denominação “Campanha Nacional de Educação de Cegos” (CNEC).</p> <p>- O Decreto nº 48.961 cria a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (CADEME).</p>
1961	<p>- A Fundação para o Livro do Cego no Brasil cria o Centro de Reabilitação de Cegos no Brasil.</p> <p>- Lei 4.024 de Diretrizes e Bases para a Educação, em seu Título X, enquadra a educação de excepcionais no sistema geral de educação, visando à integração desses alunos na comunidade e prevê apoio financeiro às entidades privadas dedicadas a essa especialidade.</p>
1963	<p>- Criação da Federação Nacional das APAE's.</p> <p>- O Decreto nº 53.264 dispõe sobre a reabilitação profissional na Previdência Social (SUSERPES).</p>
1964	<p>- A Campanha Nacional de Educação de Cegos obtém do MEC a destinação de fundos para sua ação, recursos que foram incluídos no Plano Nacional de Educação.</p> <p>- A Portaria Ministerial nº 582 designa Grupo Executivo para reformular as atividades do MEC no campo da Educação Especial. Conselheiros da CADEME, integrantes desse Grupo, sugerem, sem êxito, a criação de uma Secretaria de Educação Especial no MEC.</p>
1967	<p>Criada no Ministério da Educação e Cultura junto ao Conselho Federal de Educação, uma comissão com a finalidade de estabelecer critérios para identificação e atendimento aos superdotados.</p>
1968	<p>Criada a Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais/ ABEDEV.</p>
1969	<p>- O Parecer nº 252, do Conselho Federal de Educação, determina que o</p>

	<p>Curso de Pedagogia deverá ter uma ou duas habilitações em Educação Especial.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- O Decreto nº 64.920 cria no MEC Grupo de Trabalho para estudar o problema do excepcional em seus vários aspectos. Esse Grupo produziu e encaminhou à Direção do MEC vários ante-projetos objetivando a criação de órgão em âmbito nacional para cuidar do problema dos excepcionais.</li> <li>- A Emenda Constitucional nº 1 altera a Constituição do Brasil de 1967 que, em seu Art. 175, parágrafo 4º e passa a dispor sobre a educação de excepcionais.</li> <li>- O Decreto Lei nº 1.044 dispõe sobre tratamento especial para alunos de qualquer nível de ensino, portadores de afecções congênitas e/ou adquiridas, infecções, traumatismos ou outras condições mórbidas determinantes de distúrbios agudos ou agudizadores.</li> </ul>
1970	Criada a Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi.
1971	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O Ofício nº 93/71, do Secretário de Apoio do MEC ao Diretor do Departamento de Educação Complementar recomenda a extinção das Campanhas de Educação Especial e sugere o estabelecimento de um programa integrado de assistência a todas as categorias de excepcionais.</li> <li>- A Portaria nº 86 cria o Grupo Tarefa Educação Especial no MEC, com vistas a implantar uma sistemática de trabalho educacional dirigida aos excepcionais, em todas as suas formas, em todo o território brasileiro.</li> <li>- A Portaria do Conselho Federal de Educação, cria Comissão Especial para estudar o currículo mínimo para os cursos de formação de pessoal em Educação Especial no nível universitário.</li> <li>- A Lei 5.692 de diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, prevê em seu artigo 9º tratamento especial para os excepcionais.</li> </ul>
1972	A Resolução nº 7/72 do Conselho Federal de Educação fixa os conteúdos mínimos a serem observados na habilitação específica em educação de deficientes da áudio-comunicação, no Curso de Pedagogia.
1973	- Criada em Belo Horizonte, junto à Fazenda Rosário, a Associação

	<p>Milton Campos para o Desenvolvimento e Assistência a Vocações de Bem-Dotados (ADAV).</p> <p>- O Decreto nº 72.425 cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP).</p>
1974	<p>- Inclusão do Projeto Prioritário nº 35, sobre Educação Especial no I Plano Setorial de Educação e Cultura.</p> <p>- Parecer nº 3.763 do Conselho Federal de Educação, dispõe sobre tratamento especial para cegos no exame vestibular.</p>
1975	Portaria nº 550/MEC aprova o Regimento Interno do CENESP, como órgão central de direção superior, gozando de autonomia administrativa e financeira.
1976	A Resolução 31/123, através da Assembléia Geral das Nações Unidas (ONU), proclama o ano de 1981 como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes.
1977	A Portaria Interministerial nº 477 (MEC/MPAS) estabelece diretrizes básicas para a ação integrada do MEC e do MPAS no campo do atendimento a excepcionais, dispondo sobre atendimento integrado com ações complementares de assistência médico-psicosocial e de educação especial. Ela menciona o atendimento no sistema regular de ensino e em instituições especializadas.
1978	<p>- A Portaria Interministerial nº 186 (MEC/MPAS) regulamenta a Portaria Ministerial nº 477, de 10/08/77 que define e delimita a clientela a ser atendida pela Educação Especial, e dispõe sobre diagnóstico, encaminhamento, supervisão e controle.</p> <p>- A Emenda Constitucional nº 12 assegura aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica, inclusive com educação especial.</p>
1979	O Plano Nacional de Educação Especial (PLANESP) estabelece diretrizes de ação para a Educação Especial.
1980	<p>- O Decreto nº 84.819 cria no Brasil a Comissão Nacional do Ano Internacional das Pessoas Deficientes (CNAIPD), com o objetivo de ação compatibilizada da ONU, sintetizado no lema Igualdade e Participação Plena.</p> <p>- Discussão na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL),</p>

	no Chile, de um Plano de Ação a Longo Prazo, em favor dos excepcionais.
1981	<p>- Resolução nº 2 do Conselho Federal de Educação, autoriza a concessão de dilatação de prazo de conclusão de curso de graduação dos alunos portadores de deficiências físicas, afecções congênitas ou adquiridas.</p> <p>- Instrução Normativa nº 123, do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) estabelece normas para adaptação e elaboração de novos projetos de edificações, de modo a permitir o acesso de pessoas portadoras de deficiência.</p> <p>- Portaria nº 696 aprova o Regimento do CENESP como órgão autônomo.</p>
1985	<p>- Realizada, em Brasília, a cerimônia para assinatura do Decreto que institui o Comitê para o Aprimoramento da Educação Especial. Discursaram o Presidente da República, o Ministro da Educação, a Diretora-Geral do CENESP e representante dos pais dos deficientes. O Comitê sugeriu ao Presidente da República a transformação do CENESP em Secretaria de Educação Especial e a criação de um órgão de coordenação da política voltado para pessoa portadora de deficiência.</p> <p>- Decreto nº 91.827 institui o Comitê Nacional para traçar política de ação conjunta, destinada a aprimorar a Educação Especial e a integrar, na sociedade, as pessoas portadoras de deficiências, problemas de conduta e superdotadas.</p>
1986	<p>- Lançamento do Plano Nacional de Ação Conjunta, elaborado pelo Comitê Nacional instituído pelo Decreto nº 91.872, de 04/11/85.</p> <p>- Portaria nº 69/MEC expede normas para a fixação de critérios reguladores da prestação de apoio técnico e/ou financeiro à Educação Especial nos sistemas de ensino público e particular.</p> <p>- Decreto nº 93.481 institui a Coordenadoria para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), dispondo sobre a atuação da Administração Federal no que concerne às pessoas portadoras de deficiência.</p>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Indicação nº 15/86/MEC propõe criação de uma Comissão composta por membros do Conselho Federal de Educação e do CENESP para incentivar ações de atendimento ao aluno superdotado.</li> <li>- Portaria 88/86/MEC constitui a Comissão para elaboração de subsídios que permitia aos Conselhos Estaduais de Educação incentivar ações de atendimento ao superdotado.</li> </ul>
1987	Lançamento da Revista Integração com circulação em todo o território nacional.
1988	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Constituição Federal Brasileira garante a educação como direito de todos, instituindo no Inciso III, do Art. 208, do Capítulo III que, o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência deve ser, preferencialmente, na rede regular de ensino.</li> <li>- Criação da União Brasileira de Cegos.</li> </ul>
1990	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Extinta a Secretaria de Educação Especial. As atribuições relativas à educação especial passam a ser da Secretaria Nacional de Educação Básica/SENEB.</li> <li>- Criada a estrutura da SENEB do Departamento de Educação Supletiva e Especial/DESE, com competências específicas em relação à Educação Especial.</li> <li>- Incluída na estrutura da DESE a Coordenação de Educação Especial.</li> </ul>
1992	Recriada a Secretaria de Educação Especial na estrutura do Ministério da Educação.
1993	O Decreto nº 914/89 Coordenadoria de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, CORDE, estabelece direitos dos portadores de Deficiência Visual.
1994	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Lançamento da Política de Educação Especial/MEC.</li> <li>- Port. 1793/94 recomenda inclusão de conteúdos e disciplina de Educação Especial nos cursos de formação de professores de nível superior.</li> </ul>
1995	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação da Associação Brasileira de Síndrome de Down.</li> <li>- O Decreto nº 1.744/95 institui benefício de prestação continuada à pessoa portadora de deficiência e ao idoso.</li> <li>- Veiculação da Série sobre Educação Especial no programa Salto para</li> </ul>

	<p>o Futuro, TVE.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Reunião técnica com os países componentes do MERCOSUL e OIT, visando a incluir o tema “Educação Especial” na agenda do MERCOSUL Educativo.</li> </ul>
1996	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação do Fórum Permanente dos IES sobre as questões relativas às pessoas com necessidades especiais.</li> <li>- O Aviso Ministerial 277 do GM recomenda a criação de condições próprias para possibilitar o acesso e a permanência dos alunos com necessidades especiais nas Instituições de Ensino Superior.</li> <li>- Criação do Programa de Distribuição de Materiais Didáticos para Deficientes Visuais.</li> <li>- Lançamento do Programa de Implantação de Apoio Pedagógico para Deficientes Visuais/CAP.</li> <li>- Elaboração do Programa de Capacitação de Professores do Ensino Regular para atuação com alunos com necessidades educacionais especiais.</li> </ul>
1997	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Veiculação da Campanha de Sensibilização da Sociedade para a Inclusão do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais.</li> <li>- Inclusão na TV Escola da Série Educação Especial. Implementação de um Programa de Capacitação de Educadores com o material da UNESCO - Necessidades Educacionais Especiais em Sala de Aula.</li> <li>- Implantação da Tecnologia do DOS-VOX no Sistema Sintetizador de Voz, para suporte na educação dos cegos.</li> </ul>
1998	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realização do Congresso Internacional e III Ibero Americano sobre Superdotação, em Brasília.</li> <li>- Realização do III Congresso Ibero Americano de Educação Especial, em Foz do Iguaçu.</li> <li>- Elaboração do documento Adaptações Curriculares para Alunos com Necessidades Educacionais Especiais no Âmbito dos Parâmetros Curriculares Nacionais.</li> <li>- Produção e lançamento do Programa de Capacitação, pela TVE sobre Educação Especial.</li> <li>- Criação da Comissão Brasileira de Braille, junto à SEESP.</li> </ul>

2000	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Lançamento da produção do Livro Didático em Braille.</li> <li>- Realização do V Congresso Nacional de Arte-Educação na Escola Para Todos.</li> <li>- VI Festival Nacional de Artes sem Barreiras, em Brasília.</li> </ul>
2001	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Definição do Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos, elaborado pelo Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, com representantes de Organizações de e para Surdos.</li> <li>- Decreto nº 3.956 promulga a Convenção Interamericana para eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência.</li> <li>- Parecer CNE/CEB nº 17/2001 e Resolução CNE/CEB nº 02 de 11/09/2001, institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.</li> </ul>
2002	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Portaria 657/MEC institui a Comissão Brasileira de Estudo e Pesquisa do Sorobã.</li> <li>- Integração da Secretaria de Educação Especial (SEESP) à Rede Nacional de Formadores, da Secretaria de Educação Fundamental (SEF).</li> </ul>

Vários foram os caminhos percorridos para se chegar a uma proposta de inclusão. Este movimento da inclusão, foi um movimento lento, em que poucos acertos e muitos erros aconteceram durante toda a história passada. Atualmente, a inclusão provoca na sociedade e principalmente na escola, novos posicionamentos, novas formas de pensar pedagogicamente. Reestruturar e re-significar a escola se torna urgente. A inclusão chegou, não é mais um sonho é uma realidade que se processa a cada dia. Não acordar para esta questão, pode, em um futuro próximo estar “excluído” do meio educacional.

A passos lentos, a história da educação especial no Brasil, rumo à inclusão escolar, vem se modificando, a tendência desse movimento, a cada dia, é adquirir mais força, mais vitalidade e muito mais envolvimento por parte da sociedade.



”Foram muitos os políticos, educadores, pais, personalidades brasileiras que se identificaram com a educação de pessoas com deficiência e que protagonizaram a história dessa modalidade de ensino. Todos tiveram papéis relevantes em todos os períodos desse caminhar e não podem ser ignorados, pois atuaram em quadros político-situacionais que de alguma forma afetaram a educação de pessoas com deficiência, seja avançando, ousando, transformando as propostas, seja retardando-as, impedindo a sua evolução para novos alvos educacionais. (BRASIL, 1998)

### **2.3 Redefinindo o papel da educação especial**

Pensar na proposta da “educação para todos”, que é valorizar e respeitar a diversidade em prol de uma educação mais justa e menos preconceituosa, redefinir o papel da educação especial assume uma posição de muita seriedade e compromisso ético. Não basta apenas respeitar as leis sobre a inclusão, não basta delegar a um aluno com N.E.E um espaço em uma sala de aula regular. É necessário a todo o momento, repensar, questionar, reformular, derrubar velhos paradigmas e estar aberto para o novo, para assim criar uma verdadeira educação inclusiva. Deve-se pensar na inclusão sempre como um desafio, em que erros e acertos deverão ser questionados e estudados por toda a rede regular de ensino.

O Brasil está totalmente amparado por documentos nacionais e internacionais que endossam a política de educação inclusiva. Na prática observa-se uma grande distância entre as leis e a atuação pedagógica. Ainda há poucos investimentos nesta área.

Assim, as escolas regulares de ensino estão abertas legalmente para receberem estas pessoas com necessidades educativas especiais, mas muitas delas não estão totalmente seguras quanto ao processo pedagógico.

Se a escola tem uma proposta pedagógica aberta, em que há grupos de estudos, estudos de casos e trocas de experiências entre os profissionais, receber um aluno com necessidade educativas especiais se torna um desafio interessante. Mas, quando a escola não possui uma proposta adequada para receber esse aluno, ela poderá reforçar mais ainda a exclusão, afastando este aluno da escola, seja ela especializada ou não.

Por mais que o processo de inclusão seja um desafio, este desafio tem que ser pautado pela responsabilidade e sustentação técnica. É preciso cuidar para não injustiçar, aquele que tem toda uma história já marcada por injustiças e exclusões.

“A escola, para que possa ser considerada um espaço inclusivo, precisa abandonar a condição de instituição burocrática, apenas cumpridora das normas estabelecidas pelos níveis centrais. Para tal, deve transformar-se num espaço de decisão, ajustando-se ao seu contexto real e respondendo aos desafios que se apresentam. O espaço escola, hoje tem de ser visto como um espaço de todos e para todos.” (GOFFREDO, 1999 p. 45)

Os investimentos na área da educação inclusiva devem acontecer de maneira incisiva e freqüente. Existe, toda uma estrutura que perpassa a educação, que precisa ser revista e mudada, tais como:

- ✓ O exercício do magistério na rede regular - observa-se uma grande desvalorização quanto a este profissional. Falta-lhe melhoria nos salários, investimento na capacitação pedagógica, investimento em recursos didáticos na sala de aula e estímulo para que estes profissionais dêem continuidade aos estudos;
- ✓ Falta investimento e estímulo para um projeto político-pedagógico nas escolas;
- ✓ Torna-se urgente a aplicação das adaptações curriculares. Tanto as de grande porte, que são de competência das instâncias político-administrativas superiores, quanto as de pequeno porte que são de competência dos professores;
- ✓ Falta melhorias nos espaços físicos;
- ✓ O número elevado de alunos em uma determinada turma é outro fator que dificulta muito o processo da educação inclusiva. Geralmente, as propostas de inclusão que deram certo, dentre vários fatores, se deve ao tamanho da turma que é um fator determinante. Elas são compostas, em média, da metade do número de alunos das turmas das escolas regulares;
- ✓ Os serviços de apoio pedagógico na maioria das escolas regulares, são deficitários em números de profissionais para atender a real demanda . Na educação inclusiva, além de ser necessário turmas reduzidas para uma melhor aprendizagem, faz-se necessário também, um professor de apoio dentro da sala de aula, para assim responder às necessidades dos respectivos alunos.

Observa-se que as leis são de extrema importância no processo da educação inclusiva, mas a verdadeira sustentação para esta proposta está na reformulação das atuais posturas político-pedagógicas que regem o ensino no Brasil. Pois, para garantir o acesso e a permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais em todas as etapas da educação básica é necessário que a proposta pedagógica assegure recursos e serviços de educação especial para complementar, suplementar ou substituir serviços educacionais comuns.

Frazão (2002,p.31) afirma que,

“o ato de incluir supõe uma superação dos preconceitos, modificação de atitudes e organização de metodologias de trabalho em conjunto com o conhecimento científico. Portanto, a discussão acerca da inclusão não mais pertence ao fórum da problemática conceitual do sistema educacional e, sim, das propostas que viabilizam um atendimento respaldado na qualidade que a própria educação exige.”

Para Carvalho (2000, p.36), a realidade nas escolas tem se mostrado muito contraditória a esse respeito, porque, ao lado de muitos educadores que se mostram receptivos e interessados na presença de alunos com deficiência em suas salas, há os que a temem, outros que a toleram e muitos que a rejeitam.

Os que temem, afirmam sentir-se despreparados para lidar com as dificuldades de aprendizagem. Muitos, impregnados pelo modelo médico, sugerem a ação de especialistas, supostamente os mais indicados para atender a alunos com deficiências.

Os que toleram, em geral, cumprem ordens superiores e transformam a presença do aluno em algo penoso, que pode ficar mais segregado ou excluído do que se estivesse em espaços especiais.

Os que rejeitam alunos com deficiência em suas turmas defendem-se, afirmando que em seus cursos de formação não foram preparados e que não dão conta nem dos alunos ditos normais. Soma-se a isso uma série de descontentamentos com a situação do magistério.

Tais considerações remetem a questionar a formação acadêmica e a formação continuada em relação ao trabalho com a diversidade.

Cabe a cada unidade escolar avaliar ou diagnosticar sua realidade educacional e implementar as alternativas de serviços e a sistemática de

funcionamento de serviços, preferencialmente, dentro da escola, na comunidade, e que venham a favorecer a aprendizagem dos alunos.

Segundo Carvalho (2000), são características consideradas possíveis alternativas de apoio à inclusão:

- ✓ A sala de recursos. Atuação de professor especializado, que suplementa ou complementa o atendimento educacional às necessidades educacionais dos alunos, no contexto da própria escola ou em escola próxima àquela na qual o aluno freqüenta a turma de ensino regular.
- ✓ Atendimento com professor itinerante (intra e interescolar). Serviços de orientação e supervisão para professores e alunos, para apoios necessários à aprendizagem, à locomoção e à comunicação.
- ✓ Atendimento com professores intérpretes (língua de sinais e código Braille) para alunos surdos e para alunos cegos, respectivamente.
- ✓ Adaptações curriculares. Novas alternativas implementadas pela escola, de acordo com seu projeto político-pedagógico: trata-se de uma proposta planejada coletivamente, podendo contar com os serviços de apoios existentes na comunidade escolares.

Há também atendimentos implementados fora do ambiente escolar:

- ✓ A classe hospitalar para atendimento a alunos impossibilitados de freqüentar a escola em razão de tratamento de saúde, que implique tratamentos prolongados.
- ✓ Atendimento educacional em ambiente domiciliar para atender o aluno impossibilitado de freqüentar as aulas em razão de tratamentos domiciliares.

Torna-se importante a integração da educação com os serviços de saúde, trabalho, assistência social para que seja dado um atendimento integral e exercida a cidadania da pessoa com deficiência.

Aos alunos surdos, por exemplo, deve ser garantido o acesso à língua de sinais, sem prejuízo do aprendizado da língua portuguesa. Aos cegos, acesso ao Braille como um código de sinais diferenciado para a leitura e escrita. Para assegurar esses processos, os sistemas de ensino precisam prover as escolas de recursos humanos e materiais necessários. Os alunos com altas habilidades devem receber desafios suplementares em suas classes e em salas de recursos,

podendo concluir, em menor tempo, a série ou etapa escolar, incluindo no histórico escolar as especificações.

De acordo com Carvalho (2000, p. 54), além disso, deve ser afirmado e ampliado o compromisso político com a educação inclusiva, organizando encontros, atividades comunitárias para:

- ✓ fomentar o envolvimento das famílias e comunidade escolar e em geral;
- ✓ superar os obstáculos da ignorância, do medo e do preconceito;
- ✓ divulgar os serviços e recursos educacionais existentes;
- ✓ difundir as experiências bem sucedidas de educação inclusiva;
- ✓ estimular o trabalho voluntariado no apoio à inclusão escolar.

Acredita-se que a inclusão também faça refletir, como ensina Maturana e Varela (1995, p. 50), que a proposta maior da educação é:

“pensar na condição humana como uma natureza cuja evolução e realização está no encontro do ser individual com sua natureza última que é ser social. Portanto, se o desenvolvimento individual depende da interação social, a própria formação, o próprio mundo de significados em que se existe, é função do viver com os outros. A aceitação do outro é, então, o fundamento para que o ser observador ou auto consciente possa aceitar-se plenamente a si mesmo.”

Com base nesse princípio filosófico, acredita-se que uma proposta de educação inclusiva possa contribuir para a constituição de uma sociedade mais igualitária, mais solidária e, portanto, comprometida com o seu propósito mais significativo: humanizar.

## 2.4 Princípios que norteiam a inclusão.

A partir do momento que se tenta afastar a prática de institucionalização e segregação, abre-se um novo espaço que é a inclusão Stainback (1996, p.44) destaca que:

“o fim gradual das práticas educacionais excludentes do passado proporciona a todos os alunos uma oportunidade igual para terem suas necessidades educacionais satisfeitas dentro da educação regular. O distanciamento da segregação facilita a unificação da educação regular e especial em um sistema único. Apesar dos obstáculos, a expansão do movimento da inclusão, em direção a uma reforma educacional mais ampla, é um sinal visível de que as escolas e a sociedade vão continuar caminhando rumo a práticas cada vez mais inclusivas”.

Incluir uma pessoa na sociedade é principalmente reconhecer as diferenças, ter um olhar realista sobre elas. Perceber o deficiente visual como realmente ele é, diferente de uma pessoa com a visão normal, porém, não é situar esta deficiência na sua totalidade e sim tentar proporcionar a este deficiente um espaço de inclusão na sociedade, de forma que os seus direitos enquanto cidadão esteja preservado como o de qualquer outra pessoa.

Assim, as diferenças jamais poderão ser esquecidas, e sim trabalhadas e adaptadas na convivência social.

De acordo com carvalho (1993 p. 37)

“a escola é um espaço social privilegiado para o debate, devido às funções políticas, dentre outras. Essas questões já estão nas agendas, o que é animador. Mas aceitar o ideário da inclusão não autoriza o “bem intencionado” a mudar o que existe num passe de mágica. A escola inclusiva, isto é, a escola para todos, deve estar inserida num mundo inclusivo onde as desigualdades – que são estruturais na sociedade (Demo, 1990) não atinjam níveis tão altos como esses com os quais temos convivido.”

A inclusão escolar e a social são primordialmente um ato de profundo respeito pela diversidade. É assinalar de forma natural o modo e o tempo de aprender de cada um. Aceitar as dificuldades decorrentes da própria deficiência, sem sentimentos de piedade e compaixão. Em síntese, perceber todos como

diferentes, tendo cada um a sua singularidade, a sua beleza e principalmente o seu valor.

Ainda retrata Carvalho (1999, p.38), a inclusão é um ideal. Um ideal que pressupõe um mundo diferente desse nosso, em que a agressividade e a competitividade não sejam tão avassaladoras; um mundo no qual a cooperação não tenha como pressuposto moral a piedade, geradora de benemerência. Precisamos continuar denunciando injustiças sociais e o modelo político-econômico que as produz, reproduz e as mantém, e devemos fazer isso não por caridade, mas por direito de cidadania.

Segundo Doré et al. (1996, p. 26), “a outra opção de inserção é a inclusão, que questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e regular, mas também o conceito de integração - *mainstreaming*.” A noção de inclusão não é incompatível com a de integração, porém institui a inserção de uma forma mais radical, completa e sistemática. O conceito se refere à vida social e educativa e todos os alunos devem ser incluídos nas escolas regulares e não somente colocados na corrente principal. O vocábulo integração é abandonado, uma vez que o objetivo é incluir um aluno ou um grupo de alunos que já foram anteriormente excluídos; a meta primordial da inclusão é a de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo. As escolas inclusivas propõem um modo de se constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades. A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apóia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. O impacto desta concepção é considerável, porque ela supõe a abolição completa dos serviços segregados (DORÉ et al., 1996).

A metáfora da inclusão é a do caleidoscópio. Esta imagem foi muito bem descrita no que FOREST e LUSTHAUS (1987, p. 6), fala:

"O caleidoscópio precisa de todos os pedaços que o compõem. Quando se retira pedaços dele, o desenho se torna menos complexo, menos rico. As crianças se desenvolvem, aprendem e evoluem melhor em um ambiente rico e variado" (FOREST e LUSTHAUS, 1987, p. 6).

A inclusão propiciou a criação de inúmeras outras maneiras de se realizar a educação de alunos com deficiência mental nos sistemas de ensino regular, como as "escolas heterogêneas" (FALVEY et al., 1989), as "escolas acolhedoras" (Purkey et Novak, 1984), os "currículos centrados na comunidade" (PETERSON et al., 1992).

“Assim, vê-se que, a integração escolar, cuja metáfora é o sistema de cascata, é uma forma condicional de inserção em que vai depender do aluno, ou seja, do nível de sua capacidade de adaptação às opções do sistema escolar, a sua integração, seja em uma sala regular, uma classe especial, ou mesmo em instituições especializadas. Trata-se de uma alternativa em que tudo se mantém, nada se questiona do esquema em vigor. Já a inclusão institui a inserção de uma forma mais radical, completa e sistemática, uma vez que o objetivo é incluir um aluno ou grupo de alunos que não foram anteriormente excluídos. A meta da inclusão é, desde o início não deixar ninguém fora do sistema escolar, que terá de se adaptar às particularidades de todos os alunos para concretizar a sua metáfora - o caleidoscópio”.

É importante ressaltar que inclusão é um processo e não um estado. Assim, todos, sociedade e deficiente estão inseridos neste processo de mútua adaptação. Em se tratando de educação só podemos pensar um princípio democrático de educação se realmente todos os alunos deficientes ou não estejam envolvidos em um mesmo processo, respeitando a diversidade.

De acordo com Mazzotta (1998, p. 16), é fundamental que as pessoas compreendam que: “o sentido de integração pressupõe a ampliação da participação nas situações comuns para indivíduos e grupos que se encontravam segregados”, e que o princípio da inclusão ou da não segregação, significa que:

nem todo portador de deficiência necessita de recursos educacionais especializados, devendo, neste caso, estar na escola comum em situação comum de ensino, desde o início de sua escolarização e que [...] neste sentido é necessário que entendamos que a questão não é uma ou outra forma de educação, e sim quando se trata da pessoa portadora de deficiência devemos nos referir a Educação Integradora e/ou Educação Inclusiva, desta forma sim estaremos não segregando, não marginalizando e não excluindo a pessoa portadora de deficiência do sistema escolar vigente.



Mantoan (1998, p.43) acrescenta ainda que os dois vocábulos - integração e inclusão - conquanto tenham significados semelhantes, estão sendo empregados para expressar situações de inserção diferentes e carregam por trás posicionamentos divergentes para a consecução de suas metas. A noção de integração tem sido compreendida de diversas maneiras, quando aplicada à escola. Os diversos significados que lhe são atribuídos devem-se ao uso do termo para expressar fins diferentes, sejam eles pedagógicos, sociais, filosóficos e outros. O emprego do vocábulo é encontrado até mesmo para designar alunos agrupados em escolas especiais para PNEE, ou mesmo em classes especiais, grupos de lazer, residências para deficientes. Por tratar-se de um construto histórico recente, que data dos anos 60, a integração sofreu a influência dos movimentos que caracterizaram e reconsideraram outras idéias, como as de escola, sociedade e educação. O número crescente de estudos referentes à integração escolar e o emprego generalizado do termo têm gerado muita confusão a respeito das idéias que cada caso encerra.

Com muita propriedade, retrata Stainback (1996, p. 26), a razão mais importante para o ensino inclusivo é o valor social da igualdade. Ensinamos os alunos através do exemplo de que, apesar das diferenças, todos nós temos direitos iguais. Em contraste com as experiências passadas de segregação, a inclusão reforça a prática da idéia de que as diferenças são aceitas e respeitadas. Devido ao fato de as nossas sociedades estarem em uma fase crítica de evolução, do âmbito industrial para o informacional e do âmbito nacional para o internacional, é importante evitarmos de cometer os erros do passado. Precisamos de escolas que promovam a aceitação social ampla, a paz e a cooperação.

#### 2.4.1 Adaptações Curriculares de grande porte e adaptações curriculares de pequeno porte.

Incluir as pessoas com necessidades educativas especiais, depende de toda a sociedade estar envolvida nas mudanças necessárias a esta inclusão. Sabemos que esse é um processo demorado e, não será através de um toque mágico, que

todos os entraves que dificultam a inclusão desapareçam. Porém, algumas mudanças iniciais são fundamentais para receber estas pessoas com N.E.E. Na rede regular de ensino, deve acontecer as adaptações curriculares de pequeno porte e as adaptações curriculares de grande porte. O que difere uma adaptação a outra é somente as instâncias que por elas é responsável.

As adaptações Curriculares de Pequeno Porte (Adaptação não Significativas), são as ações que cabem aos professores realizarem para assim favorecer a aprendizagem a todos os alunos. Assim, podemos dizer que os professores são autônomos para fazê-las. Eles não necessitam de autorização de qualquer outra instância superior.

“Elas podem ser implementadas em várias áreas e momentos da atuação do professor: na promoção do acesso ao currículo, nos objetivos de ensino, no conteúdo ensinado, no método de ensino, no processo de avaliação, na temporalidade.” (MEC, 2000).

Este tipo de adaptação que cabe ao professor, vem retratar a importância do envolvimento em que todos os professores devem ter no processo da inclusão. Acreditar, investir, envolver, enfim, aceitar este desafio, é fundamental para que este processo dê certo.

Em publicações do MEC (2000), no que se refere aos ajustes que cabem ao professor desenvolver e implementar para garantir o acesso do aluno com necessidades especiais a todas as instâncias do currículo escolar, encontram-se, de maneira geral:

- ✓ Criar condições físicas, ambientais e materiais para a participação do aluno com necessidades especiais na sala de aula;
- ✓ Favorecer os melhores níveis de comunicação e de interação do aluno com as pessoas com as quais convive na comunidade escolar;
- ✓ Atuar para aquisição e recursos materiais específicos necessários;
- ✓ Adaptar materiais de uso comum em sala de aula;
- ✓ Adotar sistemas alternativos de comunicação, para os alunos impedidos de comunicação oral, tanto no processo de ensino e aprendizagem como no processo de avaliação;
- ✓ Favorecer a eliminação de sentimentos de inferioridade, de menos valia, ou de fracasso.

Insistir no fato de que o professor tem que estar aberto para o processo de inclusão é aceitar o desafio poderá às vezes, parecer redundante, mas se torna fundamental insistir nesta questão, uma vez que, mesmo o professor sabendo das competências que lhe cabe, provavelmente, na vivência prática em salas de aulas, muitas novas questões devem surgir neste processo de adaptação do aluno com N.E.E e se o professor não estiver disponível, provavelmente irá prejudicar o desempenho do aluno.

As adaptações curriculares de grande porte, são da competência e atribuição das instâncias político-administrativas superiores. As ações envolvidas neste caso, não mais cabem aos professores executarem, mas sim ao governo em suas diversas instâncias.

“Há que se adotar alguns cuidados rigorosos antes de se indicar a efetivação de adaptações curriculares de grande porte. É importante que se considere: a real necessidade do aluno; a relação entre proposta curricular regular; o caráter processual do desenvolvimento humano e da aprendizagem, permanecendo aberto para subseqüentes alterações nas decisões tomadas.”

“De maneira geral, as adaptações curriculares de grande porte serão úteis para atender à necessidade especial do aluno quando houver discrepância entre suas necessidades e as exigências do currículo regular, à medida que se amplia a complexidade das atividades acadêmicas, no avanço da escolarização.” (MEC 2000)

Com a efetivação dessas adaptações curriculares, tanto a de pequeno porte como de grande porte, espera-se que o aluno com N.E.E esteja realmente incluído na rede regular de ensino.

## **2.5 Educação: Direitos de todos estarem inseridos em uma mesma escola**

Muito antes da constituição de 1988, já na época do Brasil Império, na constituição de 1824, como também nas constituições de 1934, 1937 e 1946 já era garantido a educação para todos.

Em 1948, A Declaração Universal dos Direitos do homem, em Paris, deixa explícito o direito de acesso de toda e qualquer pessoa à educação, sustentando assim o princípio da não-discriminação e respeito à dignidade humana.

Ter a educação como direito de todos é exercer um ato constitucional. A constituição Federal do Brasil, de 1988 é clara quando menciona no artigo 208, inciso III, “o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede de ensino”.

Constitucionalmente, os direitos estão garantidos, mas a realidade ainda se apresenta de forma extremamente excludente, de forma inconstitucional.

“O princípio democrático da educação para todos só se evidencia nos sistemas educacionais que se especializam em todos os alunos não apenas em alguns deles, os alunos com deficiência. A inclusão, como consequência de um ensino de qualidade para todos os alunos provou e exige da escola brasileira novos posicionamentos e é um motivo a mais para que o ensino se modernize e para que os professores aperfeiçoem as suas práticas. É uma inovação que implica num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas de nível básico.” (MANTOAN, 1981, p.35)

Esta luta pelo movimento em prol da inclusão sugere muito investimento. Porém, ele deve acontecer de maneira gradativa para que não atrole mudanças significativas, correndo o risco de reforçar novamente a exclusão. É necessário que tanto a escola especializada, como a escola de ensino regular, comecem a se adequar com esta nova mudança, ajudando se mutuamente. As escolas não podem se colocar como rivais, elas precisam fazer parte de um processo global, elas devem formar uma teia e assim, tornarem-se fortalecidas dentro de um processo e não mais separados.

A pesquisadora, que é professora da disciplina optativa, Educação Especial, no IES/FUNCEC, em João Monlevade/MG no curso de pedagogia, observou, em vários depoimentos de seus alunos em discussões em sala, que a escola especializada, no caso APAE’S da região, estavam abertas quanto ao processo de inclusão, e dispunham de equipes para dar suporte às escolas regulares. Mas, se tratando da escola regular, relatavam com frequência, que em muitas delas estas visitas técnicas eram vistas como entraves. Mesmo após o agendamento prévio, muitas vezes não eram recebidas como parceiras, sendo vistas como rivais. A questão sai de uma ótica global e assume uma posição pessoal.

Quais serão as consequências deste ato?

“O que volta sempre é uma situação constam-te de exclusão do portador de deficiência. Contudo, não mais acreditamos que isto aconteça por acaso. Há uma intencionalidade perversa no processo: a manutenção do mesmo. As pessoas têm medo de mudar. Medo de optar por algo novo e implementar sua escolha. E daí o que acaba acontecendo é a repetição do mesmo, em vez da produção do novo”. (MANTOAN, 2003, p. 15)

Queiramos ou não, continua:

“O movimento da inclusão já começou no Brasil. Ele já está sendo implantado em nossas escolas através da “inclusão incipiente” de alunos que apresentam necessidades educativas especiais. Mas, ainda através da crescente desativação dos serviços estaduais e municipais de Educação Especial. Uma inclusão “incipiente ou integração não- planejada” na rede regular de ensino. Uma inclusão que não é ainda decidida e adotada, no plano da consciência, pelos educadores tanto do ensino comum quanto do ensino especial. Essas ações, muito mais não-planejadas do que planejadas, acaba ocasionando efeitos deletérios no campo educacional”. (MANTOAN, 2003, p. 18)

O maior desafio é guiar o movimento da inclusão de forma mais segura, em que todos, profissionais, sociedade, deficientes ou não envolvam neste processo de maneira dinâmica, criativa e com muito compromisso ético. As discussões acerca do tema devem acontecer em equipe, favorecendo assim novos olhares, trocas e mais acertos e menos erros.

### 2.5.1 Alguns suportes legais para a promoção da inclusão

Hoje, a proposta da educação inclusiva no Brasil está sendo definida de forma mais ampla, ela ultrapassa a simples concepção de atendimentos especializados como vinha sendo realizada nos últimos tempos.

Esta proposta não nasceu ao acaso, ela é fruto de um momento histórico, em que velhos paradigmas estão sendo destruídos, cedendo espaços para novos. Não é um movimento poético ou mesmo utópico. É um movimento que luta pela educação para todos, valorizando as diversidades, a igualdade de oportunidades e a tentativa de neutralizar as diferenças individuais.

O motivo que sustenta a luta pela inclusão como uma nova perspectiva para as pessoas com deficiência:

“é o princípio democrático da educação para todos, onde a qualidade de ensino nas escolas públicas e privadas, se tornem aptas para responder às necessidades de cada um de seus alunos, de acordo com suas especificidades, sem cair nas teias da educação especial e suas modalidades de exclusão.” (MANTOAN, 2003, p. 23)

Todo este movimento está amparado legalmente e são vários os seus princípios que favorecem o respaldo filosófico, legal e político educacional.

- ✓ Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948);
- ✓ Programa de Ação Mundial para pessoas com deficiência (1982);
- ✓ Constituição da República Federativa do Brasil (1988);
- ✓ Convenção sobre os Direitos da Criança (1989);
- ✓ Conferência Mundial sobre Educação para todos: Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem ocorrida na Tailândia (1990);
- ✓ Declaração de Salamanca, resultante da conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade ocorrida na Espanha em Junho de 1994;
- ✓ Política Nacional de Educação Especial (1994);
- ✓ Plano Decenal de Educação para todos (1994);
- ✓ Lei nº 9.394/96 – LDB – Cap. V.

A declaração de Salamanca, sobre princípios, política e prática em educação especial, aconteceu em Salamanca, na Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994 onde reuniu 98 governos e 25 organizações internacionais, onde foi reafirmado o compromisso para com a Educação para todos. Estas declarações foram elaboradas em decorrência da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade, promovida pelo governo da Espanha e pela Unesco em Junho de 1994.

Sobre o princípio fundamental da escola inclusiva, consta na declaração, que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma

educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola.

A declaração de Salamanca, documento muito importante para a nova política de educação especial, teve como princípios norteadores, o reconhecimento das diferenças, o atendimento e apoio as necessidades de cada um, a promoção da aprendizagem dentro das escolas inclusivas, o destaque sobre a importância da escola para todos, a qualificação e formação dos professores enfim, o princípio de igualdade de oportunidades.

É importante citar, que no Brasil, a Lei nº 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação, que foram regulamentadas através da constituição, apresenta novos valores quanto a pessoa com necessidades educativas especiais. É a primeira vez na LDB que é mencionado um capítulo sobre a Educação especial.

No capítulo V, Art. 58º, “entende-se por educação, para efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.”

Ainda, no capítulo V, art. 59, retrata que; “ Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais, todo recurso necessário para atender às suas necessidades, como currículo, métodos, técnicas, recursos educativos, professores com especialização adequada para atendimento especializado, professores do ensino regular capacitados para integração dos educandos nas classes comuns, integração na vida em sociedade com promoção do trabalho e acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular”.

Torna-se claro, que legalmente a educação inclusiva está bem amparada. Em todos os documentos, tanto os nacionais, como os internacionais, percebe-se uma efetiva preocupação na construção de uma “escola para todos”. O momento atual é a aplicação dessas leis em prol de uma educação em que o aluno com necessidades educativas especiais seja incluído e não somente integrado no ensino regular, sendo oferecido para ele todo um suporte necessário para uma efetiva inclusão do mesmo. De acordo com Mantoan (1997, p.42) , “a escola aberta para todos é a grande meta e, ao mesmo tempo, o grande problema da

educação na virada do século. Para ela, se faz necessário agir urgentemente, das seguintes formas:

- ✓ Colocando a aprendizagem como o eixo das escolas, porque escola foi feita para fazer com que todos os alunos aprendam;
- ✓ Garantindo tempo para que todos possam aprender;
- ✓ Abrindo espaço para que a cooperação o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados nas escolas, por professores, administradores, funcionários e alunos. Essas são habilidades, mínimas para o exercício da verdadeira cidadania;
- ✓ Estimulando, formando continuamente e valorizando o professor que é o responsável pela tarefa fundamental da escola a aprendizagem dos alunos;
- ✓ Elaborando planos de cargos e aumentando salários, realizando concursos públicos de ingresso, acesso e remoção de professores.

Isso, de acordo com as questões citadas e os documentos legais que ancoram a educação para todos, acreditar, investir e envolver no processo da inclusão. Talvez assim, estaremos vivendo realmente mais próximos de uma escola para todos de verdade.

### **3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

A sustentação da prática, da educação inclusiva, exige uma afetiva participação de vários segmentos da sociedade. É o momento da sociedade lutar para que as leis que regem todo o movimento da educação inclusiva sejam realmente aplicadas em todo o seu rigor e, conseqüentemente, o momento da sociedade cumprir com a parte que lhe é direcionada. Acredita-se que não será o simples cumprimento das leis que nascerá uma escola realmente inclusiva, existem fatores, que são pontos subjetivos e que também são fundamentais neste processo que é acreditar, se envolver e se motivar pela causa: “Uma escola para todos”.



### 3.1 O Professor e a escola inclusiva

O papel do professor na escola inclusiva parece ser determinante e de extrema responsabilidade. Cabe a ele atender pedagogicamente tanto os alunos com necessidades educativas especiais, como também os alunos “normais”. Cabe ao professor também, promover a inclusão do aluno com N.E.E, com os demais alunos.

Aparentemente, resumindo o papel do professor, parece que o que lhe compete é simples. Porém, a prática desta proposta sugere inúmeros questionamentos, desafios, reformulação de velhas posturas, envolvimento e muito comprometimento teórico e prático.

Talvez, o primeiro passo seja investir insistentemente na formação e na qualificação do professor. Promover para ele um espaço de reflexão sobre as diferenças individuais é fundamental como também sobre todo o movimento de inclusão.

Este momento, sugere inúmeras resistências, que são inerentes a todo ser humano, quando exige dele novas posturas, novas adaptações. Em se tratando dos professores, observa-se também, resistências à essas invocações e cabe, ao curso de capacitação e formação de professores, tentar quebrar, de forma bem estruturada e organizada essas tão compreendidas resistências.

Montoan (2003, p.08) menciona:

”...que a maioria dos professores têm uma visão funcional do ensino e tudo o que ameaça romper o esquema de trabalho prático que aprenderam a aplicar em suas salas de aula é rejeitado. Também reconhecemos que as inovações educacionais abalam a identidade profissional, e o lugar conquistado pelos professores em uma data estruturada ou sistema de ensino, atentando contra a experiência, os conhecimentos e o esforço que fizeram para adquiri-los”.

Na declaração de Salamanca, no que se refere ao recrutamento e treinamento de educadores, ela é clara ao afirmar que:

✓ A preparação apropriada de todos os educadores constitui-se um fator-chave na promoção de progressos das escolas inclusiva;

- ✓ O treinamento pré-profissional deveria fornecer a todos os estudantes de pedagogia de ensino primário ou secundário, orientação positiva frente à deficiência;
- ✓ Alunos portadores de deficiências deveriam ser treinados e providos de exemplos de atribuições de poderes e liderança à deficiência, de forma que eles possam auxiliar no modelamento de políticos que irão afetá-los futuramente;
- ✓ Materiais escritos deveriam ser preparados e seminários deveriam ser organizados para administradores locais como supervisores, diretores e professores, no sentido de desenvolver suas capacidades de prover liderança nesta área.
- ✓ O menor desafio reside na provisão de treinamento em serviços a todos os professores, levando-se em consideração as variadas e freqüentemente difíceis condições sob as quais eles trabalham;

Enfatizando sobre as questões legais que enfocam sobre a qualificação e formação do professor, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – 9394/96 Art. 59 inciso III também reforça esta questão quando retrata que “ Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais, professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para integração desses educandos nas classes comuns”.

A verdadeira educação inclusiva exige que o professor saiba trabalhar as diversidades e trabalhar com as mesmas. De modo que ele consiga atribuir em suas práticas, flexibilidades nas estratégias de ensino, mudanças nos currículos, métodos de avaliação variados. Assim, a partir destas novas posturas as necessidades educativas especiais dos seus alunos devem ser atingidas de forma satisfatória.

De acordo com Mônica Pereira dos Santos (MEC, 1997, p.74), o professor da escola inclusiva deve ser dotado das seguintes características:

- ✓ Criatividade – Ser capaz de planejar várias atividades para a escolha por diferentes alunos de sua turma, caso uma mesma não seja do feitio de todos. O professor deve reconhecer que nenhuma turma é homogênea;
- ✓ Competência – Estar sempre atualizado, mantendo a postura de um eterno estudante, e incentivando seus alunos a fazerem o mesmo;

- ✓ Experiência – Oferecer várias oportunidades de aplicação/ realização do material aprendido por seus alunos, reconhecendo que a elaboração da aprendizagem não se faz apenas do uso da memória, mas também da experiência;
- ✓ Investigação – O professor deve estar sempre preocupado em instigar em seus alunos a curiosidade e o prazer de descobrir;
- ✓ Crítica – O professor deve entender que o conteúdo ensinado seja dotado de significação para a vida do aluno, de outra maneira, dificilmente a aprendizagem será passível de transferência para situação futuras e, conseqüentemente, dificilmente será considerada como efetivamente bem sucedida;
- ✓ Humildade – Onde o poder é revisto, re-significando também. A relação de poder passa a ser mútua, porque é construída, democratizada, sobre outra base: a troca.

Embora, cursos de capacitação, grupos de estudos, treinamento, participação em congressos e seminários sejam importantes para a formação do professor, é fundamental que ele esteja pronto a renunciar os seus preconceitos, que ele acredite na causa, e reconheça que precisa rever velhas posturas.

A formação do professor é técnica e pessoal. Ele tem de se informar, mas também tem de se formar como um novo cidadão. Estar na educação inclusiva é estar também mudando os velhos valores pessoais.

### **3.2 A família e a escola inclusiva**

A inclusão escolar está diretamente ligada a inclusão social. É freqüente, nesta dissertação fazer mencionarmos a todo instante sobre a inclusão escolar por ser o tema proposto. Porém, cabe ressaltar que a inclusão social, apesar de mais abrangente, engloba a inclusão escolar e quando se fala da escola inclusiva, se fala também de mudanças posturais da sociedade.

A participação dos familiares das pessoas com N.E.E ou não neste movimento é muito importante. Estreitar as relações e desenvolver uma política entre a casa e a escola pode ser de grande valia para o crescimento e aprimoramento da escola inclusiva. Todos ganham nestes encontros.

Ansiedades variadas, preconceitos, medos, dúvidas podem ser discutidos de forma aberta e produtiva. As trocas de experiências entre, pais e escola, pais das pessoas com N.E.E e pais de alunos “normais” podem ser salutres e ser uma grande promoção para o desafio da inclusão social.

É aceitável que todos se manifestem de forma variável, uma vez que a inclusão vem quebrar uma estrutura já “pré-moldada” a séculos. O diálogo, o encontro e principalmente a abertura para o novo devem ser fatores predominantes, enfim esta parceria deve ser estabelecida.

Na declaração de Salamanca no que se refere aos pais, estes são vistos como parceiros, onde deve prevalecer a cooperação mútua e o apoio nas tomadas de decisões.

“Constitui aos pais parceiros privilegiados no que conserve as necessidades especiais de sua crianças, e desta maneira eles deveriam, o máximo possível, ter a chance de poder escolher o tipo de provisão educacional que eles desejam para suas crianças”. (Art. 60, p. 43)

“Uma parceria, de cooperação e de apoio entre administradores das escolas, professores e pais, deveria ser desenvolvida e pais deveriam ser considerados parceiros ativos nos processos de tomada de decisões”. (Art. 61 p. 43).

Observa-se que as expectativas negativas que rodeiam os familiares frente à escola para todos são várias:

- ✓ Medo dos seus filhos, com N.E.E, serem mais uma vez vítima de preconceitos, pelo fato da diferença ser mais destaca na rede regular;
- ✓ Medo do seus filhos, “normais”, se “contaminarem osmoticamente” com as deficiências;
- ✓ Apreensão frente ao aprendizado. O aluno com N.E.E, atrapalhar o aluno “normal” e vice-versa, pelo fato dos momentos que acontecem as aprendizagens serem diferentes;
- ✓ Vergonha, por seu filho estudar numa mesma sala que um aluno deficiente.

Enfim, ainda o preconceito é forte, trabalhar estas expectativas negativas é outro desafio, e da mesma forma, as expectativas positivas existem e há pais de crianças com N.E.E ou não que naturalmente são multiplicadores natos da proposta inclusiva como relata a mãe de Pedro, 6 anos, aluno do Instituto Educacional Despertar/BH. (não possui nenhuma deficiência).

“Para mim, meu filho estar matriculado em uma escola inclusiva é uma oportunidade que está sendo oferecida a ele, de ele se transformar em um ser humano melhor, mais humano. Onde o respeito pelas diferenças será inserido em sua mente naturalmente, sem abrir espaços para o preconceito. Acredito que isto é fundamental para a formação do homem enquanto verdadeiro cidadão”.  
(Juliana Maria Motta Magalhães)

### **3.3 A Sociedade e a Escola Inclusiva**

No nosso país, sabe-se que o preconceito ainda reina, caracterizando-se assim, a nossa sociedade como excludente. As desigualdades sociais refletem um país em que as diferenças assumem um fator de desigualdade, onde aqueles que não se adequam ao sistema produtivo, ou mesmo a um determinado padrão estético e social, são simplesmente excluídos.

Neste imenso grupo discriminado, pode-se incluir os negros, os idosos, os deficientes mentais e físicos, os doentes mentais, os portadores de doenças infecto-contagiosas, os “obsessos” por não corresponderem ao padrão estético da magreza, as mulheres, os menos favorecidos economicamente, os homossexuais. Enfim, observa-se que é uma farta fatia da sociedade, que se encontra à margem dela.

Viver em um país excludente, exige destas pessoas marginalizadas um extremo trabalho para articular as suas vidas e tentar estabelecer um papel de cidadão na sociedade. A partir desta questão é que surgem inúmeros movimentos sociais que, através da união de seus membros, tentam marcar o direito de inclusão na sociedade.

Como deve se sentir uma pessoa com necessidades especiais no nosso país?

Como deve se sentir um deficiente, negro, e economicamente menos favorecido em nosso país? Para buscar as respostas para estas questões, basta recorrermos as histórias de discriminações que são visíveis aqueles que buscam uma sociedade menos preconceituosa.

Todo o movimento da escola inclusiva, exige reformulações na postura da sociedade. Uma escola não pode ser vista como uma ilha, onde os muros altos e a segregação afastam os deficientes dos olhos da sociedade.

Uma escola deve estar inserida em todo um contexto social e cabe a ela um compromisso recíproco com sociedade.

O movimento de inclusão escolar, exige da sociedade uma reforma, em seus conceitos estruturais, e também uma reforma íntima, em que os estereótipos e preconceitos necessitam ser trabalhados.

A lei de diretrizes e bases da educação nº 9394/96 enfatiza no Art. 2º “A educação, dever da família e do Estado, inspirada no princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. E no Art. 58º, IV retrata que a educação especial visa também “a educação para o trabalho e a efetiva integração na vida em sociedade”.

É urgente que o olhar da sociedade mude perante o deficiente. Aquele olhar de piedade, de repulsa, de medo, precisa ceder lugar a um olhar respeitoso. De modo que o deficiente seja, antes de tudo, uma pessoa com direitos e deveres como qualquer outra.

Observa-se que o processo da inclusão escolar está diretamente ligada à inclusão social, onde todos os segmentos sociais têm um compromisso a cumprir.

Esta tomada de consciência exige tempo, para que a proposta da inclusão torne-se uma idéia multiplicada. Todos os cidadãos que possuem uma crítica acerca da exclusão, deve se comprometer em multiplicar a idéia, seja com a vizinha, em uma sala de aula, em uma mesa de bar, numa dissertação de mestrado, em novelas, filmes, jornais, revistas enfim, em todo o espaço onde existe comunicação.

Usa-se de um provérbio africano para ressaltar esta questão: “é preciso toda uma aldeia para educar uma criança” e “os pais têm a obrigação de compartilhar os dons e as carências de membros da comunidade, empregados, supervisores, funcionários de mercearia, médicos, enfermeiras, recepcionistas, caixas de banco, motoristas de ônibus e policiais, entre outros, em conversas casuais, debates e até mesmo apresentações formais: Não espere que as pessoas reconheçam as realizações de seus filhos – conte a eles! Não espere que as pessoas saibam do que

seu filho precisa – conte a eles! Não espere que as pessoas saibam quem seu filho realmente é – conte a eles! Poucos pais guardam para si as homenagens e as realizações de seus filhos, e não é natural que o façam. Precisamos desenvolver nossa consciência de que as realizações das crianças com deficiência não importa em que nível, devem ser valorizadas, celebradas e homenageadas”. (STAINBACK, 1999,p.417)

Nesta citação, os pais dos alunos com N.E.E poderiam ser vistos como multiplicadores do processo de inclusão, isto cabe, a somente àqueles que inicialmente promoveram a primeira inclusão de seus filhos: Que é na família. “A maior parte das pessoas em nossas escolas e comunidades tem pouco contato significativo com pessoas portadoras de deficiências.” (Stainback, 1999 p. 418)

Até que todas as crianças sejam educadas juntas em salas de aula e escolas de educação regular, as pessoas com deficiência serão percebidas como diferentes. Essas percepções são provocadas por uma lacuna nas informações. A maioria das pessoas não compreende que as diferenças serão, na melhor das hipóteses, superficialmente amigáveis ou neutras e, na pior das hipóteses, insensíveis e cruéis. Quando essa lacuna for preenchida com informações positivas, o preconceito e o desconforto serão reduzidos ou desaparecerão.” Cabe, para muitos, mais este desafio, almejar e trabalhar efetivamente na promoção da inclusão social.

### **3.4 As diferenças individuais, a sociedade e o preconceito**

Conforme Sérgio Ximenes, (1999,p.481) preconceito é a idéia preconcebida em geral, sem fundamento, despertando intolerância a outras raças, religiões etc.

Cabe analisar como a pessoa com necessidades educativas especiais convive com o fato do preconceito. Como dito no capítulo 2, 2.1, faz-se necessário reforçar que, nascer, com algum tipo de deficiência significativa não é desejo de ninguém, é uma condição. E adaptar-se à deficiência é uma questão de qualidade de vida em um sentido muito amplo.

Falar em qualidade de vida é estar inserido em uma sociedade tolerante às diferenças significativas. Observa-se que a tolerância é um fato raro em que o preconceito é visível em todos os compartimentos sociais.

Na estrutura arquitetônica, dificilmente encontra-se locais em que os deficientes físicos possam transitar com suas cadeiras de rodas com tranqüilidade. Faltam rampas, banheiros adequados, transportes adaptados, ruas com bom calçamento etc. Este fato, mostra que na maioria dos casos, a construção arquitetônica foi projetada para as pessoas sem nenhuma deficiência, pelo menos a deficiência significativa.

Parece que o deficiente que tem que se adaptar a esta estrutura e não a sociedade a ele.

Nos casos dos deficientes visuais e auditivos, também encontramos questões parecidas. Os meios de comunicação, as bibliotecas, as estruturas das cidades, transportes etc, também não foram adaptados à eles. A grande maioria, convivem nos grupos e predominam as deficiências comuns que contam, geralmente, com a boa vontade de algumas pessoas para tentar se inserir na sociedade.

Os deficientes mentais também são marcados pela exclusão e pelo preconceito, o que impedindo essas pessoas de exercer o seus direitos de cidadania, segregando-as e afastando-as da sociedade.

São vários os estigmas, estereótipos e mitos que são atribuídos às pessoas com necessidades especiais. Recorrendo às terminologias, que no decorrer dos tempos as pessoas portadoras de uma diferença significativa recebiam, pode-se avaliar um certo estranhamento do preconceito:

- ✓ Criança excepcional, referia-se a qualquer pessoa com necessidades educativas especiais, sendo ela criança, adolescente ou adulto, o termo excepcional, na verdade é o oposto de como esta pessoa era vista;
- ✓ Alunos com problema de conduta;
- ✓ Alunos superdotados;
- ✓ Portadores de necessidades especiais, sugere que o aluno porte com ele alguma coisa.

Enfim, até o termo educação especial, traz uma conotação preconceituosa. Será que todo processo do educar, do aprender, não teria de ser visto como Especial?

O mesmo acontece com o termo, criança especial, uma vez que toda criança é especial e possui a sua singularidade.

A tendência atual é substituir essas designações tradicionais, que adquiriram conotações de impotência e irremediabilidade, por outros termos menos



estigmatizantes, mais suaves e de menos teor emocional. O quadro abaixo demonstra isto.

PRIMEIRAS DESIGNAÇÕES	TENDÊNCIA ATUAL
Atraso Benigno	Educável
Atraso Moderado	Treinável
Cego	Invisual/Visualmente Diminuído
Criança Excepcional	Criança Especial / Invulgar
Deficiência Mental	Atraso Mental
Lunático/Insano/Louco	Psicótico/Personalidade Divergente
Surdo	Deficiente Auditivo

**Figura 1 – As novas designações para o excepcional**

Fonte: Sawrey, J. M e Telford C.W, 1968.

Para Sawery e Telford (1968), as novas categorias são mais um reflexo da ênfase cultural sobre a crença democrática, de que todos os homens foram criados iguais, e da tentativa de evitar as conotações de inferioridade inerente que eventualmente se somam aos termos aplicados aos grupos de pessoas percebidas como deficientes.

Ainda na análise de Sawery e Telford (1968), as atitudes sociais com a respeito à educação, assistência e reabilitação de indivíduos deficientes e as medidas públicas que lhes são dedicadas constituem, em grande parte, o reflexo de um conjunto de crenças e atitudes mais genéricas e culturalmente mais vastas sobre as obrigações da sociedade, como um todo, para com cada um dos seus cidadãos.

Uma solução para os problemas criados pelos desvios socialmente desvalorizados, segundo Sawery e Telford (1968), é aceitar a realidade da deficiência, negando o estigma que ele carrega para diminuir o seu efeito. Numa cultura que atribui um elevado valor ao normal ou ao ideal, a aceitação da própria

incapacidade envolve, freqüentemente, a aceitação de um status geralmente inferior – uma desvalorização do indivíduo incapacitado como pessoa.

Amaral (1998, p.16), aborda com muita propriedade a questão do preconceito. Propriedade, que a faz retratar o assunto em “dois” lugares. Como doutora em Psicologia Social e Especialista em deficiência pelo IP-USP, como também em sentido prático. Ela possui seqüela da pólio, que contraiu aos quinze meses de idade.

Segundo Amaral, são vários os mitos que afastam as pessoas tidas como “normais” das deficientes, instaurando neste abismo, os preconceitos.

Ela mencionou basicamente três:

- ✓ “Generalização indevida. Refere-se à transformação da totalidade da pessoa com deficiência na própria condição de deficiência, na ineficiência global. Exemplo: Os cegos, por muitas pessoas são tratados também como surdos e mudos.”
- ✓ “Correlação linear. É a lógica do “se”. É acreditar que se uma atividade é boa para uma pessoa com deficiência, então ela será boa para todas as pessoas com a mesma deficiência.” Neste caso observa-se que não há respeito pela subjetividade.
- ✓ “Contágio osmótico: Refere-se ao pavor da contaminação pelo convívio, seguindo aí o velho ditado diga-me com quem andas e te direi quem tu és.”

Além dos mitos que ressaltam ativamente os preconceitos, segundo Amaral (1998, p. 18), não pode-se esquecer dos esteriótipos que permeiam os deficientes.

“Os esteriótipo (no contexto aqui abordado) é a concretização/personificação do preconceito. Cria-se um tipo fixo e imutável que caracterizará o objeto em questão seja ele uma pessoa, um grupo ou um fenômeno. Esse esteriótipo será o alvo das ações subseqüentes e, ao mesmo tempo, o biombo que estará interposto entre o agente da ação e a pessoa real à sua frente”. (AMARAL, 1998, p. 18)

Ela retrata que no que se refere à deficiência, encontramos também esteriótipos particularizados em relação aos tipos de deficiência, como o deficiente físico ser “o revoltado” ou “gênio intelectual”, o cego ser “o cordato” ou

“o sensível” ou “o gênio musical”, o surdo ser “o isolado” ou “o impaciente”; a pessoa com síndrome de Down ser a “meiguice personificada”.

Observa-se que a sociedade de maneira geral, para livrar-se de alguma tensão provocada no convívio com as deficiências, usa desses mecanismos citados como forma de se defender e proteger o seu individualismo exarcebado.

Goffman (1963, p.23), na sua autobiografia, assinala o paradoxo de que, quando o indivíduo deficiente é instigado a aceitar-se tal como é e se lhe diz, explicita ou implicitamente, que tem pleno direito, como membro do gênero humano, à plena aceitação e respeito dos outros, como personalidade integral, também lhe é dito que é uma pessoa diferente e que ele poderá encontrar compreensão e aceitação, amizade e amor, respeito e status na comunidade dos deficientes. Na verdade, ele é estimulado a permanecer uma pessoa marginal na cultura de uma maioria considerada normal. Assim, o indivíduo deixa de estar motivado para agir no sentido de superar sua deficiência.

Por outro lado, de acordo com Goffman (1963, p.25), os deficientes também não constituem ameaças organizadas para as companhias, organizações e grupos que fazem discriminação contra eles. Excetuando as organizações que se encontram em grandes cidades, o indivíduo com uma incapacidade é, freqüentemente, um indivíduo isolado entre a maioria mais válida, e não é capaz de adquirir reações prontas e compartilhadas contra o seu preconceito e discriminação, que são mais comuns entre os membros dos grupos raciais minoritários. Assistir os incapacitados sem degradá-los e torná-los independentes, é o ideal.

## **4 O CASO ANA CAROLINA**

### **4.1 Contextualizando o Instituto Educacional Despertar**

O Instituto Educacional Despertar (IED) foi fundado em 1982 com a proposta de escola regular (particular) e atualmente está situado à Rua República da Argentina, nº 770, bairro Sion, em Belo Horizonte. Minas Gerais.

No início de seu primeiro ano de atuação, uma criança com Síndrome de Down, vizinha da escola, freqüentava o instituo para brincar. As suas visitas eram sem compromisso e ocorriam pelo simples fato de ser vizinha da escola. Com o decorrer do tempo, a mãe fez contato com a Diretora e tomou a decisão de matricular a criança na escola. O sucesso foi grande e até hoje esta criança continua sendo aluna da escola. Com a inserção desta aluna, a escola tornou-se “naturalmente” inclusiva.

Atualmente, a escola possui 270 alunos, sendo 90 PNEE. Segundo a coordenadora pedagógica, Sra Vânia Maria Campos Teixeira Miranda, que atua há 19 anos na instituição, ela relata que todo o processo de inclusão aconteceu e acontece de maneira muito natural, em que as próprias PNEE vão sinalizando os seus limites pedagógicos.

Quando a PNEE é matriculada, é feita uma avaliação criteriosa em que é avaliado o seu potencial cognitivo e emocional. “O próprio aluno é quem vai dizer em que turma ele será inserido”, relata da pedagoga Vânia. Este aluno é observado durante algum tempo e se necessário é feito um novo remanejamento.

A escola acredita que qualquer aluno, sem nenhuma discriminação é capaz de aprender. E, em se tratando da questão pedagógica, é a escola quem tem de se adaptar ao aluno e não o aluno à escola.

Sendo assim, no IED a abertura para o saber ocorre de uma maneira muito natural, sem aplicação de nenhum método inédito, a não ser o respeito pela diferenças individuais. Isso no IED é lei. Assim, todos, dentro das variadas deficiências, têm o seu espaço assegurado para “o saber e o aprender”.

O IED trabalha com educação especial, não por atender PNEE e sim por acreditar que todo o processo do aprender, independentemente, se a situação possui uma deficiência ou não é um processo especial.

O envolvimento dos alunos ditos “normais” com os PNEE é grande. Geralmente, quando uma criança termina uma atividade, ela procura ajudar o colega que se encontra atrasado. E dentro da sala de aula não significa que todos têm de cumprir igualmente as tarefas solicitadas pelas educadoras. Cada um, dentro do seu limite, vai desenvolvendo o que foi solicitado. Não se pode dizer que os preconceitos não existem. A diferença no IED é que quando ele aparece, imediatamente ele é trabalho.

O IED parece ser um exemplo de escola inclusiva que usa como método básico, o respeito pelas diferenças individuais.

Os alunos possuem relacionamentos extraclasse como em qualquer outra escola, nos encontros de finais de semana e em festinhas de aniversários são freqüentes.

Partindo do pressuposto de que a situação, principalmente, educacional da PNEE atravessa um período de mudanças muito significativas, delicadas e decisivas. Além da análise do IED será investigado o caso de uma aluna, da 4ª série da respectiva escola: Anna Carolina Motta Magalhães, 21 anos, portadora da síndrome de down .

Anna Carolina é uma aluna freqüente do IED, que tem como atividades extras curriculares o balé, a capoeira e a informática.

#### **4.2 O Caso Anna Carolina: Portadora de Síndrome de Down**

Em João Monlevade, Minas Gerais, no dia 24 de outubro de 1979, nasceu Ana Carolina Motta Magalhães, filha de Lucila Maria Motta Magalhães e Washington Magalhães que dão à filha o apoio necessário para o seu desenvolvimento. Anna Carolina, como muitas outras crianças, não veio de uma gravidez planejada. Seus pais já haviam tido seus filhos e sua mãe se encontrava com 45 anos, idade considerada não mais indicada para uma gestação.

Segundo Lucila, “a preocupação foi constante durante toda a gravidez, havia uma intuição de que alguma coisa diferente iria acontecer [...] apesar da gravidez ter sido normal.”

O nascimento de Anna Carolina estava marcado por grandes expectativas. Logo ao nascer, foi constatado que Anna possui a Síndrome de Down. Segundo seus pais, no primeiro momento, após a notícia, “a emoção tomou conta [...] logo depois cederam espaço para o amor e para a força interior.”

Lucila relata que:

No primeiro momento em que recebi a minha filha nos braços, senti que nossas vidas estariam para sempre ligadas de uma forma muito profunda, senti que a Anna abriria nossas vidas para outros horizontes.

Desde o momento do nascimento, os seus pais lutaram com muito vigor contra as inseguranças e os medos. No lugar dos sentimentos frágeis, procuravam sempre, inserir os desafios, a motivação e muita esperança.

De acordo com o depoimento da mãe, já no primeiro mês de vida de Anna, além de tentar se restabelecer do parto cesárea e do choque emocional, ela começava a ter de lidar com os preconceitos.

No mês de maio de 1979, Lucila estava no 4º mês de gravidez. Profissional comprometida com a Educação liderou a greve de professores para melhores salários e condições de trabalho. Foi muito bem aceita por seus colegas, conseguindo adesão de vários, como também criticada por outros, como acontece a qualquer líder.

Algumas pessoas que não apoiaram a greve disseram, logo ao nascer Anna Carolina, que o fato de ela ser portadora da Síndrome de Down era castigo de Deus em função da atuação da Lucila na greve. Lucila relata que:

Ao ouvir este comentário, sentiu muita dor, principalmente porque sabia que este seria um dos vários preconceitos que teria de enfrentar. Enfrentar os preconceitos para Lucila, como exímia educadora, sempre foi trabalhá-los e jamais recuá-los ou calar diante deles. Em toda a sua vida, como mãe, professora e cidadã sempre esteve comprometida em combater as injustiças sociais e não seria com a sua família esbarrando nestas injustiças que iria calar.

A resposta a esse preconceito foi imediata, munida de boa retórica, educação e muita firmeza, disse à essas pessoas que: "O Deus que eu conheço não é um Deus primitivo; não é um Deus que castiga e principalmente através da vida de uma criança".

Assim, sem jamais desistir, Lucila e sua família foram seguindo a nova caminhada.

#### 4.2.1 O investimento em Anna Carolina e os preconceitos da sociedade

Recuperada da cesariana, Lucila iniciou com muita garra os investimentos na Anna Carolina, buscando em várias bibliografias um melhor entendimento para

o que seria a Síndrome de Down. Estudava e aplicava os seus conhecimentos na vida prática da sua filha. Relata que:

Foi um período de muita ansiedade onde sentimentos variados oscilavam em seu íntimo [...] medo, entusiasmo, coragem, insegurança, fé e amor iam se contrapondo [...] o seu desabafo às vezes era debaixo do chuveiro, através das lágrimas como também da fé [...] Só a fé nos torna fortes, fazendo-nos agir de forma corajosa e positiva.

Como é comum, Anna Carolina faz sua primeira visita ao pediatra. Qualquer mãe que leva seu filho ao médico pela primeira vez, se enche de expectativas. Lucila, não foi diferente. Mas ficou estarrecida ao escutar do médico as seguintes palavras:

Sua filha é mongolóide. Terá, portanto, dificuldades para se alimentar, desenvolver e muita para aprender, pois tem o cérebro dela é bastante prejudicado. Ela é retardada mental [...] vai falar com dificuldades, ficar com a boca aberta e com a língua para fora [...] vai demorar andar, se andar [...] ouvi tudo com o coração partido e pouco perguntei [...] mas todo aquele sofrimento me dava forças para agir, mesmo desconhecendo o que fazer.

Essa força interior que crescia a cada dia na Lucila, não era novidade para ela nem para as pessoas que conviviam com ela.

De maneira diferente, essa força já havia se manifestado inúmeras vezes em sua vida. A forma como Lucila atuava na sua família, nos seus projetos acadêmicos, sociais e religiosos, enfim na sua própria vida, sempre foi visível a presença de uma mulher revolucionária, de uma militante política de uma mulher guerreira, em que os princípios morais e éticos estavam bem inseridos. Em função disto é que Lucila, mesmo sofrendo mais uma vez com o preconceito, acreditava que sua vida era vítima de um erro genético e que sua filha tinha Síndrome de Down, mas que as palavras ditas pelo pediatra seriam invertidas.

“Quantas mães e pais já passaram por situações assim e tiveram a crítica que Lucila teve?” “Quantos PNEE se tornaram ainda mais deficientes em função de posturas tão retrógradas como a desse médico?”

Como retratada Alfredo Fierro (1995, p.234)

“ainda que uma criança tenha um indicativo do nível de sua capacidade global, isto não contém indicação alguma de interesse educativo ou prático: não diz nada acerca do modo de intervir, psicológica ou pedagogicamente com a criança em questão.”

Os preconceitos em relação a Anna Carolina não cessaram. Procurando uma igreja para batizar a sua filha, os pais da Anna foram informados, pelo padre responsável pela paróquia, de que Anna Carolina não precisaria ser batizada, uma vez que ela não tinha consciência do batismo.

Católicos atuantes, participantes de encontro de casais, os seus pais não aceitaram aquela colocação. Era um momento da Anna ser incluída como fora os seus seis filhos. Um outro padre, muito amigo da família e principalmente mais esclarecido sobre o processo de inclusão, realizou o batizado da Anna em junho de 1980.

Em função de inúmeros preconceitos, das variadas reflexões e dos conhecimentos adquiridos através dos estudos sobre a Síndrome de Down, Lucila começa a perceber que as ansiedades estavam sendo superadas, abrindo assim um espaço para um investimento educativo/pedagógico sem maiores dramas.

Lucila, defende fervorosamente, que a inclusão inicia-se em casa. “É neste processo que se cria a base da segurança, da auto-estima para enfrentar os maiores desafios que surgem na escola e na sociedade de modo geral.”

A Declaração de Salamanca (art. 60, p. 43) é bem clara no que se refere à família e ao movimento pela inclusão: “Os pais são os principais associados no tocante às necessidades educativas especiais de seus filhos, e a eles deveria competir, na medida do possível, a escolha do tipo de educação que desejam que seja dada a seus filhos.”

Como retrata a Professora Mônica Santos (1999, p.77), essas lutas tinham uma conotação protecionista. Mas, atualmente, uma nova postura é assumida, onde o processo de inclusão se torna mais politizado contando com a participação direta dos próprios deficientes nos processos de decisão e encaminhamento.



#### 4.2.2 O processo de desenvolvimento e inclusão de Anna Carolina

O processo de inclusão na família foi natural no caso de Anna Carolina. O que diferencia o processo de educação da Anna perante os outros filhos foi o fato dela necessitar de mais estímulos para o seu desenvolvimento. E este investimento iniciou-se logo nos primeiros dias de sua vida. A estimulação precoce passou a ser uma rotina diária, onde sua mãe, com muita determinação executava os exercícios de maneira lúdica, criativa e principalmente muito prazerosa.

Washington e Lucila foram percebendo que as oportunidades para um melhor desenvolvimento da sua filha se tornavam restritas na cidade onde residiam. Resolveram se aposentar e mesmo tendo uma queda no padrão de vida, acreditavam que em Belo Horizonte, novas oportunidades poderiam surgir para Anna.

Larguei as aulas de geografia, para atuar na geografia doméstica [...] os afazeres domésticos eram motivos de grande oportunidade pedagógica [...] nos alimentos eram explorados as cores, texturas, tamanhos e sabores [...] nas roupas estendidas no varal, estimulava-se a memória, brincando de adivinhar de quem era a roupa.

Enfim, tudo era motivo de estimulação e aprendizagem, sendo o lúdico, e o prazer fatores fundamentais neste processo.

Aos quatro anos, Anna Carolina foi para uma escola especializada onde ficou dois anos. Sua mãe relata que foi um momento muito difícil, pois Anna chorava quase todos os dias na hora de ir para a escola. Neta escola, a família ficava do portão para fora, não tendo nenhuma participação. Como boa educadora, o choro constante da sua filha e a não participação da família na escola, foram os sintomas para que Lucila resolvesse tirar a Anna da escola e iniciar uma nova busca. Lucila relata que “sonhava com uma escola que tivesse um olhar diferente.”

Anna Carolina foi matriculada no Centro de Desenvolvimento e Criatividade – Recreio. Nessa época não se falava em inclusão como hoje, apesar da escola ser uma escola inclusiva. Os alunos diferentes ficam mais seguros e

aprendem com mais facilidade, pois se espelham nos colegas e não se sentem rejeitados. Há um clima de respeito e amizade na escola.

E nesta busca de respostas para atender à diversidade, o processo pedagógico fica, com certeza, mais rico, proporcionando uma melhor qualidade de educação para todos. E dessa forma que todos se beneficiam da educação inclusiva, que todos se enriquecem: alunos, professores, família e comunidade. (GOFFREDO, 1999, p. 32)

A pedagogia adotada pela escola é muito atraente. As aulas regulares são sempre intercaladas por atividades variadas, como aulas de arte, coral, oficina, dança, teatro e muitas excursões.

A escola deve promover o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo, moral e social dos alunos com necessidades educativas especiais, e ao mesmo tempo facilitar-lhes a integração na sociedade como membros ativos. Mas para que isso aconteça, é importante que o indivíduo portador de necessidades educativas especiais seja visto como um sujeito eficiente, capaz, produtivo e, principalmente apto a aprender a aprender. (GOFFREDO, 1999, p. 32)

Anna Carolina gosta muito dessas atividades e já participou de programas de visita da escola em diversos lugares muito interessantes como: Ouro Preto, Mina da Passagem de Mariana, Sabará, Caeté, Congonhas do Campo, Tiradentes, São João Del Rey e Serra do Caraça, ambas cidades localizadas em Minas Gerais. A famosa viagem a Porto Seguro nunca será esquecida.

“A Anna sempre volta desses passeios muito felizes e contando, entusiasmada, o que aprendeu”. Entusiasmada e feliz também fica sua mãe ao relatar essas histórias que fazem da inclusão um processo de riqueza e felicidade.

“Ao lado de crianças normais, Anna Carolina desenvolveu-se muito, num ambiente prazeroso e sem traumas. Era a primeira vez que víamos nossa filha ser tratada como qualquer outra criança, livre de preconceitos. Relata sua mãe

Devido a distância, uma nova escola foi procurada e encontrada a pouco quarteirões de sua casa: o “Instituto Despertar”, também uma escola inclusiva, onde até o presente momento a Anna constrói uma linda história.

#### 4.2.3 As conquistas de Anna Carolina

Lucila diz que o Sistema Despertar acarreta muitos problemas para a escola, pois a sociedade não está acostumada a essa pedagogia (inclusiva). Mas trás também um bem enorme para todos os educandos e suas famílias. As crianças não portadoras de deficiências dão uma visão mais humana da vida. Certamente, ao se tornarem adultos, terão uma forma mais acertada de ver o mundo e poderão ser adultos mais completos, pois conviveram desde cedo com um grande desafio: “o diferente”

Além da escola regular, Lucila se preocupa com a formação de sua filha como um todo. Sempre atenta ao comportamento e aos desejos da Anna, observou que ela possuía muito ritmo para música e dança. “Anna Carolina se identificava muito com as bailarinas e desde cedo manifestava o desejo em ser uma.”

Preocupada em promover a sua saúde global, procurou uma academia para matricular a sua filha. Tomando consciência de que a Anna era portadora da Síndrome de Down, a academia recusou a sua matrícula. Sua mãe, com a determinação de sempre, buscou uma nova academia de balé, onde as portas se abriram de maneira muito natural. Ana Carolina foi aceita como qualquer outra aluna que tivesse o desejo pelo balé.

Há dezesseis anos a Anna estuda balé. Participou de vários festivais, de aberturas, congressos, encerramento de “Show da Xuxa”; apresentação na rede globo e recebeu em 1989 a medalha de bailarina revelação.

Lucila observa que:

O balé, além de ser uma atividade de lazer, é também uma forma da Anna manter seu corpo sempre esguio, com uma postura muito elegante, e desenvolver seu ritmo, sua atenção e disciplina [...] suas mãos adquiriram a beleza e a leveza das mãos de uma bailarina. Esta sempre a par da evolução da música e de novos ritmos, além de ter convivência amigável com as colegas da escola, o que amplia bastante o seu convívio social.

As conquistas proporcionadas através do balé, na vida da Anna Carolina foram muitas. A valorização da auto-estima, da sua capacidade intelectual e do aprimoramento cognitivo foram conquistados também através da arte do balé.

Anna Carolina manifesta muito entusiasmo com o balé e seu envolvimento ultrapassa o palco, onde tem o seu caderno de balé para fazer as colagens de notícias sobre o assunto.

Com grande alegria e orgulho, Lucila retrata:

Ver Anna Carolina dançar é sempre muito emocionante, não porque é uma pessoa portadora de Síndrome de Down que venceu as barreiras, mas sim pela beleza que é a sua arte [...] não me canso de vê-la no palco, feliz, junto às outras bailarinas. A emoção é sempre grande. Dançando, todas são iguais na beleza e expressão que a música lhes desperta.

Assim, Anna Carolina vem seguindo a sua vida. Participou de coroação, namora um rapaz há quatro anos, sempre foi dama de honra dos casamentos dos irmãos; é sempre convidada a ser madrinha de batismo dos seus sobrinhos; passeia em shoppings, boates e excursões variadas; fez primeira comunhão e é uma aluna organizada com os afazeres escolares.

Dentro de toda esta história, marcada por sucessos, preconceitos, inseguranças, tristezas e alegrias a Anna se colocou, se realizou e se desdobrou.

Ela procura cumprir o exercício da cidadania com afinco. Possui título de eleitor e vota em todas as eleições, porém algumas vezes o seu candidato divergiu dos candidatos dos seus familiares. Respeita o próximo, tratando-o sempre de maneira educada, agradável e natural. Anna Carolina não admite jogar papel no chão e é contra o desperdício de alimentos, energia elétrica, água, dentre outros. Está sempre fiscalizando quem os comete.

Os problemas ocasionados na vida da Anna são apresentados por ela de maneira muito natural. Recentemente sua mãe passou por uma cirurgia. Nessa ocasião foi visitá-la no hospital, apesar de toda tristeza que era visível na Anna, procurou levar para a sua mãe uma mensagem de otimismo: “Oh! Dona folgadinha, o que está fazendo aí? Vamos para casa me ajudar a fazer o meu dever?”.

A história da Anna, como relata a sua mãe vai continuar:

Sei que muitos fatos irão acontecer em sua vida, momentos bons e maus. Mas tenho certeza de que ela saberá vivenciá-los e enfrenta-los com tranquilidade e segurança, junto de seus irmãos, pois sempre estará onde a coloquei um dia, na palma da mão de Deus.

(Esta certeza fica explícita na sua história).

### 4.3 Interpretação e Análise de Resultados das Entrevistas

A análise de resultados da pesquisa foi empreendida com base no tratamento estatístico das entrevistas realizadas com os profissionais do IED respondidas e validadas.

Ser aluno de uma escola inclusiva, como é o IED, é estar inserido numa proposta pedagógica muito diferente da maioria das escolas. Como descreve a psicóloga Thália Mara Drumond Santos, que atua no IED há onze anos:

Quando o aluno é matriculado no IED ele é aluno do Instituto e não de determinada professor [...], logo na sua chegada ele é apresentado para todos os funcionários da escola e todos são responsáveis por aquele aluno. Com esta proposta, as dificuldades deste aluno como também do professor que trabalha diretamente com ele, são discutidas em reuniões semanais, onde as ansiedades são trabalhadas e as propostas surgem para um melhor aproveitamento do aluno, como também melhor intervenção do professor [...] usando este método observa-se que o professor não se sente, como em muitas outras escolas o único responsável pelo fracasso ou êxito dos seus alunos, a escola como um todo se torna responsável.

Além das reuniões semanais, para discussão de casos, quinzenalmente os profissionais se reúnem para estudo teórico. De acordo com Eliene Aparecida Jardim, pedagoga há dez anos do IED:

A seleção dos profissionais para trabalhar no IED tem de ser muito criteriosa, tem de haver nestes profissionais muita predisposição para o estudo e a pesquisa, caso contrário, o profissional se sente desmotivado, e cada obstáculo enfrentado se torna uma barreira e não um desafio.

Todo o trabalho desenvolvido com os alunos, não pode ser um projeto intuitivo, relata Thália, ele está apoiado na corrente sócio interacionista, onde a leitura de Vygotsky e Piaget se torna constante a todo o momento.

Também existe, por parte da direção do IED um grande estímulo aos profissionais a participarem de cursos, palestras e congressos relacionados ao assunto.

O IED é uma escola que atua do primeiro período a 8ª série do Ensino Fundamental. Os alunos que saem da 8ª série saem preparados para inserir em qualquer outra escola. Observa-se que quando participam de um processo de seleção para o ensino fundamental são classificados constantemente.

Para inserir o aluno PNE no IED é levado em consideração o seu tamanho, maturidade emocional e intelectual e principalmente o prazer da criança em estar numa determinada turma. Quando é “fechada”, a turma onde ele será inserido, observa-se diariamente o comportamento e desenvolvimento de deste aluno e se necessário, ocorrem novos remanejamentos. Não significa que o aluno que esteja cursando, por exemplo, a 5ª série, participe de todas as matérias da 5ª série. Ele poderá cursar outras matérias em outras turmas, como por exemplo, da 4ª série. O que é levado em consideração é que cada aluno tem o seu tempo para aprender, que cada um tem as suas dificuldades e potencialidades e como descreve Thália: “as dificuldades não podem ser tratadas como desmerecimento.”

Cada turma do IED tem dois professores. Os métodos usados para a alfabetização são todos de acordo com a pedagoga Eliene, ela retrata que cada um aprende de uma forma muito subjetiva.

É muito explorada a fixação dos conteúdos no concreto, onde a escola acredita ser a forma mais produtiva.

As avaliações são diferenciadas dentro de uma mesma turma. (segue em anexo) Se um aluno não possui boa capacidade motora, as avaliações são orais. Geralmente, os conteúdos são os mesmos, o que muda é a forma de avaliá-los. Segundo Eliane Aparecida Jardim:

É muito incentivado o trabalho em duplas. A escola acredita que a interação é muito maior e a ajuda do colega é muito rica por usarem uma linguagem bem familiar. As aulas também, por mais que trabalhem o mesmo conteúdo numa determinada turma, também pode ocorrer um desdobramento. Alunos com dislexia, por exemplo, explora-se muito o uso do gravador. Assim, os alunos aprendem a lidar melhor com a dificuldade para conseguirem perceber quais são suas limitações.

Eliene reforça dizendo que “perceber as dificuldades e os trabalhos é essencial para os alunos, mas quando as dificuldades esbarram no preconceito, percebe-se que eles se angustiam profundamente.”

Por se tratar de uma escola inclusiva, a preocupação do IED é grande no que reflete ao social. As atividades que envolvem as famílias são freqüentes e estas famílias são consideradas parceiras. Os passeios e excursões também são muito explorados. Existe um grande interesse da escola em explorar outros ambientes como viagens, restaurantes, museus e até mesmo as boates.

A integração é um processo dinâmico de participação das pessoas num contexto de relações, o que determina a sua interação com os diversos grupos sociais. Integração implica reciprocidade. Sob o enfoque escolar, é um processo gradual e dinâmico que pode adotar formas diferentes de acordo com as necessidade e habilidades dos alunos. (CARVALHO, 1999, p. 35)

A escola percebe que quebrar essas barreiras do preconceito social é um grande desafio, mas incluir seus alunos PNE ou não em ambientes públicos é a sua obrigação.

Quando o preconceito aparece, ele é trabalhado, seja dentro ou fora da escola. Os entrevistados relatam que:

Ao lado do IED está sendo construído, por uma “Construtora XYZ” de Belo Horizonte, um prédio de apartamentos de luxo, e no *folder* de propaganda para vendas, foi mencionado que o prédio ficava perto de uma outra escola, regular e particular que fica aproximadamente uns 15km do local mencionado.

Questionam, nesse caso, por quê o IED, não foi citado como referência. Será que é por ser uma escola inclusiva? Ou será que morar ao lado de uma escola, onde estudam também PNEE poderia ser motivo de vergonha social e automaticamente provocar queda nas vendas?

Preconceitos como estes são freqüentes, pontuá-los é uma questão de dignidade. Um pai, incomodado com esta questão enviou um e-mail para a construtora fazendo a sua marcação quanto ao preconceito existente naquele *folder*.

No entanto, os preconceitos também se fazem presentes nas próprias famílias. Mesmo já tendo comprovado que os alunos que atingem a 8ª série no IED passam com facilidade nos testes de seleção das melhores escolas de Belo Horizonte, muitos pais optam em matricular o seu filho PNEE no IED, mas para o seu filho “normal”, procuram uma outra escola particular, mas não inclusiva. Por

que o IED é indicado para o filho PNEE e não é indicado para o filho “dito normal”? Por mais necessário que se faça, respeitar as escolhas, não seria aí um preconceito?

A essas pessoas, em que o preconceito é ferramenta chave de suas vidas, acordar se torna urgente. Um novo momento está surgindo e esta nova geração de alunos, principalmente os “ditos normais”, começam a perceber a diferença como algo natural e a conviver com a diversidade respeitando-a.

“Na minha turma todo mundo aprende, eu aprendo rápido e tem gente que demora a aprender, mas aprende. Cada um tem o seu jeito. Quando precisa, eu ajudo os meus colegas que têm dificuldades.” (Rodrigo, 5 anos, aluno do IED e sobrinho da Anna Carolina).

## 5 CONCLUSÕES

Acredita-se que a educação inclusiva seja benéfica a todos, desde que pais, alunos, educadores, sociedade em geral e governantes estejam realmente envolvidos. Como já foi relatadas no capítulo 3, as leis que resguardam o processo de inclusão são fundamentais para a sustentação legal. Porém para a efetiva concretização de uma “escola para todos”, onde o respeito pelas diferenças se faz presente como um instrumento fundamental para a inclusão, as leis passam a assumir um papel secundário. Se esta escola não estiver maturidade profissional, ou seja, se não estiver bem amparada pedagogicamente, se não possuir abertura para os desafios que a todo o momento acontece na escola inclusiva, esta escola será maquiada, por uma educação inclusiva, mas favorecerá uma prática excludente.

Percebe-se que se torna muito fácil inclusive nesta possível escola inclusiva, portanto todo o cuidado se torna imprescindível.

No capítulo 4, quando é mencionado o Instituto Educacional despertar como uma escola inclusiva que deu certo, a proposta é tentar aproveitar dessa experiência como referência para novas escolas inclusivas.

Algumas atitudes tomadas pelo IED e que diferencia da maioria das escolas foram fundamentais neste processo. Podemos destacar várias, e dentre elas o reduzido número de alunos em sala de aula. Isto favorece o professor a identificar as potencialidades e as dificuldades de cada aluno. Assim, tanto no processo de



aprendizagem como no de avaliação, podem ser trabalhados de forma diferenciada. Já em uma escola regular, devido ao número de alunos ser muito elevado, fica difícil para o professor conhecer com mais profundidade o seu aluno e praticamente impossível tentar fazer um trabalho individualizado. Assim, um aluno com N.E.E., quando incluído nesta sala de aula, dificilmente conseguirá acompanhar a turma e provavelmente se sentirá excluído da mesma.

No IED, quando um aluno é matriculado, ele se torna aluno da escola e não somente do professor responsável pela sala de aula. Assim, todas as dificuldades daquele aluno, como também as dificuldades do professor, são divididas entre todos os outros profissionais, não sentindo assim o professor o único responsável pelo aluno. Na escola regular, principalmente a pública, apesar de toda uma equipe que sustenta a escola, ainda é comum o professor ser responsabilizado pelo sucesso ou insucesso do aluno. E, se tratando de um aluno com N.E.E., torna-se ainda mais necessário que o caso seja discutido em uma equipe e que não seja o professor o único responsável por este aluno.

Outro fato importante é o trabalho que deve ser realizado em relação às diferenças individuais. No IED, desde o maternal, o preconceito é trabalhado ativamente, assim o respeito pelas diferenças vai acontecendo naturalmente. Em outros ambientes escolares, geralmente existe uma dificuldade em respeitar o ser humano. O que prevalece é uma vaidade exacerbada, onde o belo e o inteligente assumem destaque. Este tipo de comportamento, reflexo de uma sociedade preconceituosa, exige desta escola muita didática, disposição e sensibilidade para esta questão. O que acontece em muitos casos é o fato da escola não estar amparada para trabalhar questões como estas, dificultando mais uma vez o processo da inclusão. Em uma sala com muitos alunos, o professor pode, às vezes, nem perceber que isto aconteça, deixando este aluno com N.E.E., totalmente desamparado.

A escola deve pensar que a educação inclusiva é um desafio, e que para este desafio tenha sucesso é necessário muito estudo, grupos de estudos entre outras ações. Como sugerir isto à maioria das escolas públicas, onde devido aos baixos salários e a pouca valorização profissional, os professores necessitam trabalhar em até três turnos?

Fica impossível favorecer uma verdadeira inclusão de alunos com N.E.E. nas escolas regulares sem favorecer aos educadores suportes pedagógicos e humanos para este processo.

Acreditar na educação inclusiva é primeiramente, favorecer toda uma reforma na educação regular. É observar experiências de sucesso e tentar adaptar-se dentro de cada realidade escolar. É respeitar as leis que asseguram esta causa, mas primeiramente respeitar estas pessoas que possuem necessidades especiais como seres humanos. Respeitar estas pessoas é um exercício diário de muita reflexão, é participar de grupos de estudos, é aceitar os obstáculos como desafios a serem vencidos, enfim é acreditar e favorecer uma verdadeira educação inclusiva, onde todos possam crescer. Aos alunos com N.E.E. contribuirá muito para a melhoria de seus desempenhos tanto na área educacional, como social. A inclusão facilitará o estímulo de novos mecanismos de atuação, deste aluno com N.E.E., em várias situações de sua vida, onde, se estivesse segregado, dificilmente este mecanismo atuaria. Quanto aos profissionais envolvidos, mais habilidades terão, pelo fato da atmosfera em questão, ser muito maior. Aos alunos que não possuem deficiência, mas que muitas vezes são deficientes nos preconceitos, terão a oportunidade de um grande aprimoramento pessoal, onde desde novos, aprenderam o valor social da igualdade, aprenderam reconhecer as diferenças, aceitando-as, respeitando-as e não mais as depreciando.

Enfim, pensar na educação inclusiva, é pensar em uma sociedade melhor, mais justa e igualitária, em que os direitos e os deveres serão mais respeitados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Júlio Groppa. **Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas**. 2 ed. São Paulo :Summus Editorial, 1998.

BRASIL MEC. Constituição. **República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_.Promotoria de justiça da pessoa portadora de deficiência. Lei nº.7.853/89. **Ministério Público do Rio Grande do Norte**, 1989.

\_\_\_\_\_.Formação de professores para educação inclusiva/integradora. **Mimeo**. SEESP/MEC, 1998.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares - estratégias para a educação de alunos com necessidades especiais. Brasília, **MEC/ SEF/ SEESP**,1999.

BRASIL, MEC/MPAS. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial: livro1/**MEC/SEESP**. Brasília: a Secretaria, 1994.

\_\_\_\_\_.Política Nacional de Educação Especial. Brasília: **Secretaria de Educação Especial**, MEC, 1994.

CARVALHO, R. E. **Rompendo barreiras de aprendizagem. Educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

\_\_\_\_\_. **A nova LDB e a educação especial**. Rio de Janeiro: WVA Editora, 1997.

CHEVIGNY, H. My Eyes Have a cold Nose. New Haven: **Yale University Press**, 1946.

COLL, Césal; PALÁCIOS, Jesús; MARCHESI, Álvaro. **Desenvolvimento psicológico e educação**, v. 3. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

CONSELHO NACIONAL de EDUCACÃO. **Câmara de Educação Básica**. Relatório do Parecer n.º 17/2001.

DEMO, Pedro. **Questões para a teleeducação**. Petrópolis: Vozes, 1999.

DORÉ,R., WAGNER,S.,BRUNET,J.P. Conditions d'intégration à l'école secondaire - Déficience intellectuelle (título provisório). Em preparação, 1996.

DURKHEIM, Émile. **A educação como processo socializador: função homogeneizadora e função diferenciadora**. São Paulo: Martins Fonte, 1983.

FALVEY, M.A. e HANEY. M.Partnerships with parents and significant others. Em: Falvey, M.A. Community-basa curriculum. **Instructional strategies for students with severe handicaps**. Baltimore, MD: Paul H. Brookes Publishing Co. 15-34.

FERGUSSON,D.L. et al. Figuring out what to do with grownups:how teachers make inclusion "work"for students with disabilities.**The Journal of the Association for Persons With Severe Disabilities** (JASH), 17 (4), 218-226, 1992.

FONSECA, Vitor. **Educação especial**: programa de estimulação precoce – uma introdução às idéias de Feuerstein. Porto Alegre: Artes Médica, 1995.

FOREST,M. et LUSTHAUS,E. . Le kaleidoscope: un défi au concept de la classification en cascade. Em:Forest,M. (org.) **Education-Intégration**. Downsview, Ontario: L'Institut A.Roeher. vol. II.1-16, 1987.

GENTILI, Pablo (org.). **Pedagogia da exclusão**. Rio de Janeiro - Petrópolis: Vozes, 1995.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos principales de la investigación social empírica**. Buenos Aires: Piedos, 1999.

GLAT, Rosana. **Questões atuais em educação especial**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

GOFMAN, E. Stigma: Notes on the Management of Spoiled Identity. **Englewood Cliffs**, N. J.: Prentice-Hall, Inc. 1963.

JANNUZZI, G. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. São Paulo, Cortez: 1985.

MAGALHÃES, Lucila M.V. Motta. **Na palma da mão**. Belo Horizonte: Beatriz Amaral, 2002

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A interação de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Melhoramentos SENAC, 1997.

\_\_\_\_\_. **Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais**. São Paulo: Scipione, 1998.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

MATURAMA, Humberto R. VARELLA, Francisco J. **A árvore do conhecimento**. São Paulo: Palas Athena, 1995.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Fundamentos de educação especial**. São Paulo: Pioneira, 1982.

\_\_\_\_\_. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_.Inclusão, Integração e Segregação de Portadores de Deficiência na Política Educacional Brasileira. Trabalho apresentado no **I Congreso Internacional de Integración Escolar de Niños com Discapacidad a la escuela Común**. Argentina - Buenos Aires: 8-11 de julho de 1998.

MEC. **Plano decenal de educação especial**. Brasília: MEC, 1994.

MONTEIRO, Mariângela Silva. Educação inclusiva para seres especiais. **Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias**. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1999.

NIRJE,B. . The normalization principle and its human management implications. Em: Kugel,R. et Wolfensberger,W. **Changing patterns in residential services for the mentally retarded**. Washington, Dc: President's Committee on Mental Retardation, 1969.

PETERSON,M. et al. Community-referenced learning in inclusive schools: effective curriculum for all students. In: Stainback,S. et Stainback,W.(Org.). **Curriculum considerations in inclusive classrooms**: facilitating learning for all students. Baltimore,MD: Paul H.Brookes Publishing Co. 1992.

PAPERT, Seymour. **A máquina das crianças**: repensando a escola na era da informática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

PIAGET, J. **A linguagem e o pensamento da criança**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PRUDENCIATTI, Lucy Rosane Mastrangelo. Educação especial. Tendências Atuais Política Nacional de Educação Especial. **MEC**. Brasília, 2001.

RICHARDSON, Roberto Jarry et.al. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Boaventura Sousa. **Direito da rua**: ordens e desordens nas sociedades subalternas. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

SASSAKI, Romeu Kazwini. Mídia: o grande aliado pró-inclusão. In: SASSAKI, R.K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SAWREY, J. e TELFORD C. **O indivíduo excepcional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

SKLIAR, C. (org.). **Educação & exclusão**. Abordagem sócio-antropológica em Educação Especial. Porto Alegre: Mediação, 1997.

SHAKESPEARE, Rosemary. **Psicologia do deficiente**. (Trad) Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

STAINBACK, Susan e STAINBACK, William. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

VALENTE, Armando, José. **Liberando a mente**. São Paulo: UNICAMP, 1991.

VERGARA, Sylvia Constant. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 1997.

VERNECK, Cláudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

VITELLO, S. Integration of Handicapped Students in The United States and Ital a Comparison. **Int. Journal of Special Education**, vol.6, nº 2, 1991.

VYGOTSKY. L.S. Obras completas. **Tomo V. Fundamentos de Defectologia**. Cuba, Editorial Pueblo y Educacion, 1989.

\_\_\_\_\_. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos superiores. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

WENAR, C. **The Effects of a Motor Handicap on Personality:** I. The Effects on Levels of Aspiration, Child Develop., XXIV, 1953.

XIMENES, SÉRGIO. **Mini Dicionário.** 6ª ed. São Paulo, 1999.

YIN, Robert K. **Case study research:** design and methods. End. Ed. Beverly Hills, CA: Sage, 1994.

\_\_\_\_\_. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.



## **ANEXO 1**

### **REPORTAGENS VEICULADAS EM JORNAIS VARIADOS SOBRE O TRABALHO DE ANNA CAROLINA**

## **ANEXO 2**

### **AVALIAÇÕES DIFERENCIADAS DOS ALUNOS DO INSTITUTO EDUCACIONAL DESPERTAR**

No Instituto Educacional Despertar, os alunos são avaliados de forma diferenciada dentro de uma mesma turma. O critério avaliativo obedece o grau de dificuldade e valoriza as potencialidades de cada aluno individualmente. Há alunos que possuem muita dificuldade de interpretação e conclusão, nesses casos, por exemplo, as avaliações são mais objetivas.

**Avaliações realizadas desta forma, não significam que as dificuldades não estão sendo trabalhadas, a diferença é que as dificuldades não são valorizadas diretamente nas avaliações, isso provoca no aluno, otimismo e estímulos perante os colegas que não possuem maiores dificuldades. É importante destacar que, existe uma preocupação por parte dos educadores das Instituições em não banalizar este processo de teste. A maior preocupação não é fazer uma avaliação fácil ou difícil, mas sim explorar as potencialidades de cada um, respeitando as maiores limitações.**

Dessa forma, respeita-se cada aluno, como único e singular. Tendo cada um o seu tempo e modo de aprender. Estas avaliações foram cedidas pela própria instituição.

#### **ATIVIDADE DE LITERATURA - 1º SÉRIE**

**NOME:** \_\_\_\_\_ **DATA:** \_\_\_\_\_  
**VALOR 20 PONTOS** **PONTOS** **OBTIDOS** \_\_\_\_\_

---

##### **1-DADOS BIBLIOGRÁFICOS:**

A-NOME DO LIVRO:.....  
B-NOME DO AUTOR:.....  
C-EDITORA:.....

##### **2-COMPLETE AS FRASES COM AS PALAVRAS DO QUADRO:**

SAPATOS-VERMELHO-JOANINHA  
MAIS CEDO-ESCADA

A-NAQUELA MANHÃ A CENTOPEINHA ACORDOU.....  
B-.....E ELA GOSTAVA MUITO DE COMPRAR .....  
C-A.....SUBIU E DESCEU A .....

##### **3-MARQUE UM X NA RESPOSTA CERTA:**

A-QUEM ERA A VENDEDORA DA LOJA DE SAPATOS?

( ) A LAGARTA ( ) A BORBOLETA ( ) A JOANINHA

B-QUAL FOI A COR DO SAPATO QUE A CENTOPEINHA GOSTOU?

( ) AZUL ( ) VERMELHO ( ) AMARELO

---

C- POR QUE OS PRIMEIROS SAPATOS NÃO FICARAM BONS NA CENTOPEINHA?

- ( ) PORQUE ELES ESTAVAM MUITOS LARGOS.
- ( ) PORQUE ELES ESTAVAM APERTADOS.
- ( ) PORQUE ELA QUERIA SAPATOS MACIOS.

4-NUMERE OS FATOS NA ORDEM EM QUE OCORREM NA HISTÓRIA.

- ( ) MENINA, ANDE LOGO!
- ( ) NAQUELA MANHÃ, A CENTOPEINHA ACORDOU MAIS CEDO.
- ( ) QUANDO CHEGARAM À LOJA A JOANINHA VEIO ATENDÊ-LAS.
- ( ) E A JOANINHA DESMAIOU.
- ( ) A JOANINHA COLOCOU TODOS OS SAPATOS NA CENTOPEINHA.

5- A CENTOPEINHA E SUA MÃE FORAM OLHAR OS SAPATOS QUE ESTAVAM NA “VITRINA”.

A-O QUE SIGNIFICA A PALAVRA VITRINA OU VITRINE?

B-NA SUA OPINIÃO POR QUE A JOANINHA DESMAIOU?

**INSTITUTO EDUCACIONAL DESPERTAR**  
**ENSINO FUNDAMENTAL –5º SÉRIE**

**PROVA DE CIÊNCIAS-Valor 8,0 pontos**  
**PROFESSORA: Raquel Cheyne**

NOME.....DATA...../...../.....

- 
- 1- Rocha é um agregado natural de minerais.Minerais são elementos que se formam em vários ambientes da Terra.A maioria das rochas é formada de vários tipos de minerais.De que são formadas as rochas?.....  
.....  
.....  
.....
- 2- Existem três tipos de rochas: -MAGMÁTICAS –SEDIMENTARES-  
METAMÓRFICAS
- 

O basalto e a pedra-pomes são magmáticas, formadas na superfície da crosta terrestre.

O granito também é uma rocha magmática, porém se forma no interior da crosta terrestre.

Qual a diferença entre basalto e o granito?

---

.....  
.....  
3-Rochas sedimentares são aquelas que se apresentam em camadas. Estas camadas são formadas por deposição de sedimentos originados da quebra de outras rochas.Como são formadas as rochas sedimentares?  
.....  
.....

4-Que tipos de rochas são o arenito, o argilito e o calcáreo?  
.....  
.....

5-Cite dois usos da areia e dois da argila.  
.....  
.....  
.....

6-Qual a diferença entre o calcáreo orgânico e o inorgânico?  
.....  
.....

7-Algumas rochas sofrem transformações quando submetidas a intensas pressões de camadas superiores e ao imenso calor liberado pelo manto.Tais condições alteram a sua estrutura, agindo sobre minerais que a constituem, reordenando-os ou rearranjando-os. De que rochas o texto acima está falando?  
.....  
.....

8-O que são combustíveis fósseis?Cite a importância econômica destes combustíveis para o mundo moderno.  
.....  
.....  
.....

**PROVA DE CIÊNCIAS –Valor 8,0 pontos**

**PROFESSORA : Raquel Cheyne**

**NOME.....DATA...../...../.....**

1-Justifique a afirmativa abaixo:

“O SOLO QUE PISAMOS É UM DOSA MAIS IMPORTANTES RECURSOS NATURAIS DA TERRA.”  
.....  
.....  
.....

---

2-Qual a diferença entre rochas e minerais?

.....

.....

.....

3-Quais são os três tipos de rochas que estudamos?

.....

4-Relacione as opções adequadamente:

( a) Formadas na superfície da crosta terrestre com a solidificação da lava.

( b)Formada no interior da crosta terrestre.

( )Granito

( )Basalto e pedra-pomes

5-A superfície da terra se altera constantemente.Mas em geral, as mudanças ocorrem de maneira lenta, ao longo de milhões de anos.Cite dois fenômenos naturais responsáveis por essas mudanças.....

.....

6-Que tipo de rocha são o arenito, o argilito e o calcáreo?

.....

7-Cite dois usos da areia e dois da argila.

.....

8-Qual a diferença entre o calcáreo orgânico e o inorgânico?

.....

.....

9-Algumas rochas sofrem transformações quando submetidas a intensas pressões de camadas superiores e ao imenso calor liberado pelo manto.Tais condições alteram a sua estrutura, agindo sobre os minerais que a constituem, reordenando-os ou rearranjando-os.De que rochas o texto acima está falando?

.....

.....

.....

10-O que são combustíveis fósseis?Cite a importância econômica destes combustíveis para o mundo moderno.

.....

.....

.....



**AVALIAÇÃO BIMESTRAL DE HISTÓRIA**  
**2º BIMESTRE /2003-09-08**

**ALUNO.....**  
**TURMA 6º SÉRIE**  
**PROFESSOR JOSÉ CARLOS A C.FERREIRA      DATA...../...../.....**  
**VALOR 7,0 PONTOS**

ASSUNTO: As grandes mudanças do sistema feudal: as crises do sistema e a era dos reis.

Leia atentamente o texto e responda as questões conforme pedido.

**O RENASCIMENTO DO COMÉRCIO**

**Estamos vendo como a produção econômica da Europa começou a crescer rapidamente. Sem dúvidas os nobres donos de terras é que foram os primeiros a se beneficiarem, mas os camponeses colheram também alguns benefícios. Bem ou mal, eles passaram a comer um pouco melhor. Uma quantidade maior crianças conseguia chegar à vida adulta. O resultado foi aumento considerável da população. Do ano 1000 ao 1300 a população européia dobrou de tamanho....**

SCHMIDT, Mario Nova História crítica  
Ensino fundamental –6 série, p.44  
Ed. Nova Geração- São Paulo -2001

**QUESTÕES**

1-Marque a alternativa que fala sobre a mensagem passada pelo texto.

- ( ) A crueldade da Igreja Católica.
- ( ) A exploração do Senhor feudal.
- ( ) O crescimento da população agrícola .
- ( ) O treinamento da guarda feudal.

2-O texto retrata um fato importante para o crescimento populacional.

- ( ) A construção de carroças e arados.
  - ( ) A diminuição da mortalidade infantil.
  - ( ) O aumento de ladrões e mendigos.
  - ( ) A diminuição dos castigos feudais.
-

3-Assinale a opção CORRETA.Como era conhecido o sistema de rotação de culturas adotados pelos camponeses medievais.

- ☐ replantio
- ☐ semeadura
- ☐ pousio
- ☐ horta

4-Acentue a opção CORRETA que revela o nome da nova classe social surgida nas cidades medievais que viviam do comércio.

- ☐ Monarquia
- ☐ Agricultores
- ☐ Clero
- ☐ Burguesia

5-As expedições militares de cunho religioso e comercial organizadas pelos europeus com o objetivo de expandir o cristianismo e conquistar novas áreas econômicas, ficaram conhecidas como:

- ☐ cavalgadas
- ☐ travessias
- ☐ cruzadas
- ☐ caminhadas.

6- Cite dois exemplos de melhorias técnicas adquiridas na Idade Média.(Ex. o uso do moinho de vento).

.....  
.....

7-Escriva sobre a parte do filme “Em nome de Deus” que você mais se interessou.

.....  
.....  
.....  
...

---

### **AVALIAÇÃO BIMESTRAL DE HISTÓRIA 2º BIMESTRE /2003**

**ALUNO:**.....**DATA** ...../...../.....

**TURMA : 6º SÉRIE**

**PROFESSOR :Carlos A C Ferreira**

**VALOR :7,0 pontos**

**ASSUNTO:** As grandes mudanças no sistema feudal:as crises do sistema e a era dos reis.

Leia o texto atentamente e resolva as questões conforme o pedido.



## O RENASCIMENTO DO COMÉRCIO

Estamos vendo como a produção econômica da Europa começou a crescer rapidamente. Sem dúvida os nobres donos das terras é que foram os primeiros a se beneficiarem, mas os camponeses colheram também alguns benefícios. Bem ou mal eles passaram a comer um pouco melhor. Uma quantidade maior de crianças conseguia chegar à vida adulta. O resultado foi um aumento considerável da população. Do ano 1000 a 1300 a população européia dobrou de tamanho.....

SCHMIDT, Mario. Nova História Crítica,  
Ensino Fundamental-6º série, p.44 Ed. Nova  
Geração –São Paulo-2001

### QUESTÕES:

1-O texto retrata algumas mudanças no cotidiano feudal. Assinale a alternativa que justifica estas mudanças.

- ☐ ( ) Alguns feudos passaram a produzir excedentes.
- ☐ ( ) Muitos agricultores começaram a passar fome.
- ☐ ( ) O comércio era uma mudança indesejada pelos servos.
- ☐ ( ) Os avanços técnicos de trabalho prejudicaram o desempenho comercial.

2-Baseado no texto, destaque a opção que NÃO demonstra um motivo para o renascimento do comércio medieval.

- ☐ ( ) Os camponeses obtiveram aumentos nas produções agrícolas.
- ☐ ( ) As trocas de produtos entre feudos se intensificaram.
- ☐ ( ) A ampliação dos poderes do Senhor feudal sobre os camponeses.
- ☐ ( ) A fuga de muitos servos para os burgos.

3. Sobre a situação de mudança ocorrida na Idade Média, marque a alternativa CORRETA em relação à opinião das pessoas sobre as novidades e a tradição feudal.

- ☐ ( ) A Igreja Católica foi a responsável pela alteração da mentalidade do homem medieval.
  - ☐ ( ) As novidades fizeram com que as pessoas perdessem o medo das mudanças.
  - ☐ ( ) Para o homem medieval, mudança era sinal de ataques e invasões bárbaras.
  - ☐ ( ) A tradição feudal continuou inalterada, pois as pessoas resistiram às mudanças.
-

4. O que foram realmente as Cruzadas?

- ( ) Um movimento promovido para levar a paz ao Oriente Médio.
- ( ) Uma série de batalhas e invasões que uniu os interesses econômicos da Europa aos dos árabes.
- ( ) Uma guerra santa, em que os muçulmanos, vitoriosos, conseguiram expandir sua áreas comerciais pela Europa.
- ( ) Um movimento militar de cunho religioso e comercial com o objetivo de expandir o cristianismo e conquistar novas áreas econômicas para a Europa.

5-Como foram conquistados os povos árabes?Explique.

.....

.....

.....

6-O filme “Em nome de Deus”, relata o poder da Igreja e sua força sobre as mentes dos homens medievais.Faça um comentário sobre essa influência e domínio da Igreja Católica.

.....

.....

.....

.....

7-Como passou a ser chamado o sistema comercial que valorizava o acúmulo de valores?

.....

.....

.....

...



## **ANEXO 3**

### **AUTORIZAÇÃO DAS PESSOAS CITADAS PARA DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO**